



Ações afirmativas

A trajetória do IFRS como instituição inclusiva

Andréa Poletto Sonza
Bruna Poletto Salton
Jair Adriano Strapazzon
(Orgs.)

Coleção Estudos Afirmativos, v.7

Coleção Estudos Afirmativos, v.7.

**AÇÕES AFIRMATIVAS:
A TRAJETÓRIA DO IFRS COMO
INSTITUIÇÃO INCLUSIVA**

Andréa Poletto Sonza

Bruna Poletto Salton

Jair Adriano Strapazzon

(Orgs.)

Organização da Coleção

André Lázaro

Rio de Janeiro

FLACSO

2016

Copyright © 2016 Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Autorizada a reprodução total ou parcial dos conteúdos desta publicação desde que sem fins lucrativos e citada a fonte.

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais/Brasil

Salete Valesan Camba – Diretora

Marcelle Tenório – Assistente de Direção

Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior/Fundação Ford

André Lázaro – Coordenador

Margareth Doherty e *Luciano Cerqueira* – Assistentes de Coordenação

Carolina Castro Silva e *Moisés Ibiapina* – Assistentes de Pesquisa

Laboratório de Políticas Públicas/UERJ

Emir Sader – Coordenador

Carmen da Matta – Coordenadora Técnica de Projetos Institucionais

Felipe B. Campanuci Queiroz – Coordenador Técnico de Projetos Institucionais

Carla Navarro e *Tayná Salvina* – Bolsistas de Extensão

Editora Executiva: *Carmen da Matta*

Projeto Gráfico: *Marcelo Giardino*

Diagramação: *Pedro Biz*

Revisão: *Cyntia Alves*

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

C691 Coleção estudos afirmativos, 7 : ações afirmativas: a trajetória do IFRS como instituição inclusiva / organização Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Jair Adriano Strapazon e André Lázaro. – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA ; UERJ, LPP, 2016. 112 p.

ISBN 978-85-60379-38-5

e-ISBN 978-85-60379-39-2

1. Programas de ação afirmativa – Brasil. I. Sonza, Andréa Poletto. II. Salton, Bruna Poletto. III. Strapazon, Jair Adriano. IV. Lázaro, André. V. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Laboratório de Políticas Públicas. VI. A trajetória do IFRS como instituição inclusiva.

CDU 378(81)

FLACSO-Brasil/GEA-ES/LPP-UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524/12.111-Bloco-F

Maracanã – CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: 55 21 2234-0969/2334-0890

<http://www.flacso.org.br/gea/> e <http://www.lpp.uerj.br/>

Apoio:  **FORDFOUNDATION**

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

SUMÁRIO

Políticas de inclusão no IFRS: exemplo inspirador	5
<i>André Lázaro e Renata Montechiare</i>	
Introdução	9
<i>Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton e Jair Adriano Strapazzon</i>	
1. Contexto atual - o IFRS como instituição inclusiva	13
<i>Clarice Monteiro Escott e Viviane Silva Ramos</i>	
2. A política e os núcleos de ações afirmativas	21
<i>Anderson Dall Agnol, Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Jair Adriano Strapazzon e Rodrigo Ernesto Schroer</i>	
3. Ações para o ingresso	33
<i>Anderson Dall Agnol, Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Clarice Monteiro Escott, Everaldo Carniel, Luiz Gaspar Fensterseifer e Vinícius Lima Lousada</i>	
4. Ações para permanência e êxito	47
<i>Anderson Dall Agnol, Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Clarice Monteiro Escott, Jair Adriano Strapazzon, Rodrigo Ernesto Schroer e Vinícius Lima Lousada</i>	
5. Projeto de acessibilidade virtual	63
<i>Anderson Dall Agnol, Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Erik Schuler e Jair Adriano Strapazzon</i>	

6. Relatos do público atendido pela PAAf	81
<i>Anderson Dall Agnol, Andréa Poletto Sonza, Bruna Poletto Salton, Clarice Monteiro Escott, Jair Adriano Strapazzon e Josiane Roberta Krebs</i>	
7. Perspectivas	105
<i>Anderson Dall Agnol, Andréa Poletto Sonza, Clarice Monteiro Escott e Jair Adriano Strapazzon</i>	

POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO IFRS: EXEMPLO INSPIRADOR

André Lázaro¹

Renata Montechiare²

A *Coleção Estudos Afirmativos* dedica-se a publicar iniciativas de instituições que adotam políticas de ação afirmativa. O objetivo da Coleção é divulgar essas políticas e contribuir para a formação de um amplo repertório de ações institucionais com vistas à garantia dos direitos de acesso e permanência na educação, conquistados recentemente pela legislação brasileira, em âmbitos nacional e local. A publicação é fruto do Projeto de Extensão Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior (GEA), resultado da parceria entre a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil), a Fundação Ford e o Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ).

A longa e dura luta pela reserva de vagas para o acesso à educação alcançou resultado jurídico quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a legalidade e a legitimidade da adoção de cotas em instituições federais de educação a partir de critérios de raça/cor. A aprovação pelo STF abriu caminho para que o Congresso Nacional aprovasse a Lei nº 12.711/2012, que determina a obrigato-

¹ Professor da Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pesquisador da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)/Brasil e Coordenador do GEA.

² Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

riedade de reserva de 50% das vagas nessas instituições, incluindo nos cursos de ensino médio realizados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – os IFs.

A história recente da transformação das Escolas Técnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agro-técnicas em Institutos Federais foi uma inovação cujo impacto ainda se desdobra nas distintas regiões do país. Instituições *multicampi*, dedicadas ao ensino médio integrado, à formação de professores nas áreas de ciências, à educação profissional de jovens e adultos e à educação superior, em níveis de graduação e pós-graduação, os Institutos Federais aliam elevada formação técnico-profissional com profundo compromisso com desenvolvimento local e regional, dando uma contribuição singular aos territórios em que estão situados. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica conta hoje são mais de 560 unidades distribuídas pelo território nacional, incluindo o Colégio Pedro II e uma universidade tecnológica. A força dessa Rede seria menor se não fora a dedicação com que tem acolhido, de diferentes e criativas maneiras, as políticas de ação afirmativa que acompanham a expansão das unidades.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) tem sido pioneiro e ousado na construção de suas políticas e na adoção de formatos institucionais inovadores. Neste volume que aqui apresentamos, o Grupo de Trabalho das Ações Afirmativas do IFRS oferece-nos um excelente registro histórico da atribuição de competências e responsabilidades a cada órgão e núcleo do IFRS para a consolidação das políticas de ações afirmativas. Nesse sentido, destacamos a ênfase do Instituto e de sua rede no campo da acessibilidade dirigida a discentes, docentes e servidores federais, pautados por parâmetros históricos recentes que vêm impulsionando o avanço das ações em educação inclusiva no Brasil, no sentido do acesso pleno à educação como direito.

Os autores contam como o IFRS tem trabalhado intensamente na perspectiva da inclusão e do tratamento igualitário de todas as pessoas. O estudo apresenta um panorama bastante completo das ações desenvolvidas, desde a constituição dos grupos de trabalho dedicados à proposição das ações afirmativas nas normativas do instituto, até os emocionantes relatos dos beneficiários das políticas. O mérito deste estudo produzido a várias mãos por servidores, estudantes, professores e gestores educacionais está em descrever nos capítulos iniciais o aparato institucional necessário para que se produzam as experiências descritas nas páginas finais.

O relato ensina que há um extenso e exaustivo trabalho institucional que deve cumprir etapas para atender às demandas que aos poucos vão dando mostras das possibilidades que antes sequer poderiam ser consideradas.

Cada declaração de beneficiário apresentada no capítulo 4 leva o leitor a considerar as transformações e ampliação de possibilidades nas trajetórias individuais e familiares dos estudantes e servidores que, gentilmente, relataram suas memórias aos autores. Na exata medida, instiga-nos a considerar as mudanças de perspectiva que a presença e atuação dessas pessoas trouxeram à instituição e as seus grupos de convivência, desde o reconhecimento da necessidade de adaptação física de espaços de trabalho, até o empenho em aprender Libras para conseguir comunicar-se com seu colega de classe. Iniciativas como estas nos inserem no contexto real e pragmático das transformações muitas vezes pontuais solicitadas pela aplicação das políticas de ações afirmativas e nos aproximam da dimensão sensível dos pequenos e significativos resultados do trabalho.

O IFRS vem-se organizando por meio da constituição de grupos de trabalho que visam abranger os diferentes e específicos campos de atenção à inclusão em sua rede de ensino. Assim, os autores apresentam a constituição de alguns desses grupos, tais como o GT de Acessibilidade Física, Comunicacional e Instrumental; de Política de Ingresso Discente; de Acessibilidade para Surdos; e de Nome Social, o que informa sobre a perspectiva de atuação a que a instituição se propõe para o acolhimento de diversos grupos, entre eles, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT).

Por meio da organização da comunidade acadêmica, o IFRS tem promovido uma série de atividades que caminham em paralelo às normativas institucionais, de modo a criar um ambiente de constante reflexão sobre o trabalho desenvolvido e subsidiar os grupo de informações, conceitos, estratégias e ferramentas de aprimoramento das iniciativas vigentes. Tem realizado oficinas, encontros, capacitações e formação continuada aos servidores, gestores e docentes, de modo a garantir a orientação para a educação inclusiva, o uso de tecnologias assistivas e soluções acessíveis.

O trabalho na perspectiva da inclusão no IFRS já produziu importantes reflexões sobre seus avanços e desafios. Os autores comentam o cenário contemporâneo no Estado do Rio Grande do Sul após a chegada de comunidades imigrantes vinda do Senegal

e do Haiti, prioritariamente, e os enfrentamentos para a garantia ampla de acesso.³

Ressaltamos, por fim, a importância do registro dos passos dados pelas instituições educacionais no sentido de implementar e acompanhar as políticas de ações afirmativas. Em cada região, os desafios encontrados são diferentes e trazer as experiências ao conhecimento amplo da rede nacional dá visibilidade e mérito ao trabalho em desenvolvimento e ainda colabora com ideias e soluções para dilemas enfrentados em outras partes do país.

No momento em que o país enfrenta o fortalecimento de vozes contrárias às políticas de inclusão, mesmo após as decisões normativas do STF, do Congresso Nacional e da Presidência da República, o relato das experiências do IFRS é um bálsamo para os que se empenham em garantir que o direito à educação seja atendido em sua plenitude, para todas, todos e cada um – a redundância da frase sublinha a força com que devemos enfrentar a exclusão. E o IFRS dá um bom e bem-sucedido exemplo, que não pretende ser modelo, mas sim inspiração.

³ Outras análises sobre as ações afirmativas no IFRS foram reunidas em livro de autoria de alguns dos integrantes do grupo que assinam este estudo. Disponível em: < http://napne.bento.ifrs.edu.br/livros/Livro_Acoes_Afirmativas.pdf>.

INTRODUÇÃO

Andréa Poletto Sonza

Bruna Poletto Salton

Jair Adriano Strapazzon

A *Coleção Estudos Afirmativos* é composta por uma série de obras que visam promover a produção e divulgação de reflexões e sistematização de experiências vividas, desafios vivenciados e soluções empreendidas por instituições, grupos e movimentos sociais em políticas afirmativas.

Esta edição apresenta a trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) no que tange ao processo de construção e implementação das ações afirmativas.¹

O capítulo 1 contextualiza o IFRS no cenário nacional, sua dimensão como instituição pública e os pressupostos que sustentam as ações afirmativas, apresentando sua proposta e destacando os princípios nos quais a educação inclusiva está alicerçada.

A política de ações afirmativas do instituto, que abre o capítulo 2, é um documento que foi construído colaborativamente em articulação com diversas esferas dos *campi* e reitoria. Trata-se de uma resolução que dialoga com a pluralidade. Este tomo disserta também sobre os Núcleos de Ações Afirmativas (NAPNEs, NEABIs e NEPGs), seus preceitos, objetivos e exemplos de ações concretas que vêm sendo realizadas pelos mesmos. Faz-se uma tessitura acerca da

¹ Este estudo contou com a revisão técnica de Lisiane Delai. Técnica em Assuntos Educacionais da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFRS. Graduada com Licenciatura Plena em Letras e Mestre em Letras e Cultura Regional pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Comissão de Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas, criada com o intuito de acompanhar, avaliar e propor melhorias na política, abarcando a trajetória das diversas facetas da inclusão, do respeito às diferenças e da defesa dos direitos humanos.

O capítulo 3 aborda as principais ações relacionadas ao ingresso na instituição, que vão desde a reserva de vagas em todos os cursos e modalidades de ensino (no caso dos processos seletivos), reserva de vagas nos concursos, de acordo com a legislação vigente, até às adaptações e condições especiais para a realização das provas, promoção de todos os eixos da acessibilidade, bem como a disponibilização de equipe multiprofissional de apoio. Essas ações refletem os preceitos estabelecidos em documentos, tais como: política de ações afirmativas, política de ingresso discente, política de assistência estudantil, plano de desenvolvimento institucional e demais normativas que norteiam as ações macro da instituição.

No que tange à permanência e êxito, eixos abordados no capítulo 4, os autores apresentam ações concretas que vêm sendo realizadas por meio de trabalho conjunto entre as diversas pró-reitorias e comitês, que vão desde a criação de grupos de trabalho específicos, programas de bolsas, projetos pedagógicos, organização didática, assistência estudantil, até a promoção de sensibilizações e capacitações, bem como a produção de livros, objetivando trazer para discussão assuntos relacionados às ações afirmativas, formando massa crítica e com amplos conhecimentos acerca da temática.

O capítulo 5 apresenta o Projeto de Acessibilidade Virtual da instituição, demarcando áreas até então pouco dialogadas em nível de Brasil. Nessa égide, ações concretas realizadas nas temáticas “acessibilidade” e “tecnologia assistiva”, nestes últimos nove anos, colocam o IFRS na vanguarda, em um patamar privilegiado ao protagonizar uma história de lutas e inclusão sociodigital.

Já o capítulo 6 brinda o leitor com os depoimentos de alunos, servidores, bolsistas e estagiários, público-alvo das ações afirmativas. Estes dissertam sobre sua trajetória pessoal e acadêmica, além de fazerem um breve relato acerca de seu processo de ingresso e inclusão no IFRS. Discorrem ainda sobre suas percepções nessa caminhada dentro da instituição, abrangendo as dificuldades encontradas, as possibilidades e experiências exitosas, como também as perspectivas a partir desse processo.

O capítulo 7, que fecha este volume, apresenta algumas ações já delineadas e outras a serem construídas coletiva e colaborativa-

mente, sempre buscando a excelência de um ensino público de qualidade que reconhece, valoriza e sobretudo respeita a diversidade!

Agradecemos à equipe do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil (GEA) e à Flacso/Brasil, em especial ao professor André Lázaro, que gentilmente nos convidou para fazer parte da *Coleção Estudos Afirmativos*, lançando o desafio ao IFRS, ao nos dar a oportunidade de mostrar um pouco de nosso trabalho relacionado às ações afirmativas.

O nosso agradecimento aos sujeitos público-alvo das ações afirmativas entrevistados no transcórre deste trabalho, os quais deram seus depoimentos apresentando subsídios importantes para que possamos continuar, melhorar e ampliar cada vez mais nossas ações em prol da diversidade.

Agradecemos também às equipes das Pró-reitorias de Extensão, de Ensino, de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e de Desenvolvimento Institucional, por protagonizarem esse grande trabalho colaborativo, permitindo assim mostrar a outras instituições nossa trilha inclusiva! Muito obrigado a todos e todas pelo comprometimento, dedicação e empenho dispensados na tessitura desta obra!

1. CONTEXTO ATUAL: O IFRS COMO INSTITUIÇÃO INCLUSIVA

Clarice Monteiro Escott¹

Viviane Silva Ramos²

Neste capítulo introdutório, contextualizamos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) no cenário nacional da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Também descrevemos o IFRS, e sua dimensão, como instituição pública de ensino profissional técnico e tecnológico comprometido com o desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Sul e do país. Por fim, apresentamos os pressupostos que sustentam as ações afirmativas no IFRS e que o caracterizam como instituição de ensino inclusiva.

1.1. A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E O IFRS

Os Institutos Federais (IFs), criados pela Lei nº 11.892/2008, são instituições de educação básica, profissional e superior, pluricurriculares e com *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. A nova organização escolar e acadêmica

¹ Professora e Pró-reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFRS. Doutora em Educação pela UFRGS.

² Professora e Pró-reitora de Extensão do IFRS. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale/RS.

aponta para a ruptura da reprodução de modelos externos, com vistas à inovação a partir da relação entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

A estrutura multicampi dos IFs atende à vocação regional, consolidando sua missão, voltada ao compromisso de intervenção em suas respectivas regiões. O foco dos IFs volta-se para a justiça social, a equidade e a geração de novas tecnologias, devendo responder de forma ágil e eficaz às demandas crescentes por formação profissional, além da inclusão de populações menos favorecidas no mundo do trabalho, constituindo-se em um importante mecanismo para alavancar o desenvolvimento social de todos os cidadãos. (Pacheco, 2010)

Sendo assim, os IFs devem orientar-se pelo compromisso de possibilitar a formação humana, cidadã, associada à qualificação para a laboralidade, buscando assegurar aos profissionais formados a capacidade de se manterem em desenvolvimento. Para tanto, “esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional”. (Setec/MEC, 2008, p.23)

É neste cenário que se consolida o IFRS, sendo, inicialmente, integrado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, pela Escola Agrotécnica Federal de Sertão e pelas escolas técnicas vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande de Sul (UFRGS) e à Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Com a publicação da Portaria n.º 4, de 06/01/2009, do MEC, foi estabelecida a relação inicial dos *campi* que fariam parte do IFRS: Bento Gonçalves, Porto Alegre, Porto Alegre-Restinga, Sertão, Canoas, Caxias do Sul, Osório, Erechim e Rio Grande. Ainda na primeira fase da expansão, passaram a fazer parte da instituição mais três *campi* que foram federalizados: Farroupilha, Feliz e Ibirubá. Entre os anos de 2014 e 2015, dando continuidade ao plano de expansão da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFRS implantou mais cinco novos *campi*, nos municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão. Assim, em 2015, o IFRS conta com 15 *campi* e mais de 15 mil alunos matriculados em todos os níveis e etapas de educação, estando entre os dez maiores IFs do Brasil em número de alunos e servidores.

Destaca-se a qualificação do seu quadro de servidores: em um quantitativo aproximado de 800 docentes, 85% são doutores ou

mestres; entre os técnico-administrativos em educação, que são em torno de 830, 10% têm o título de mestre ou doutor.³

Neste contexto de crescimento, implantação e consolidação do projeto acadêmico:

O desenvolvimento institucional deve ocorrer com enfoque para um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do nível de qualidade das atividades produtivas e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações. A essência das ações do IFRS está fundamentada na prática da consolidação do fomento à formação profissional, mediante a perfeita articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (IFRS/PDI, 2014-2018, p. 17-18)

Dessa forma, a criação dos IFs parece apontar para um momento histórico-ideológico que defende uma abordagem inclusiva de educação profissional como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, com grandes transformações e marcadamente tecnológica.

1.2. O IFRS E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao longo da história, a educação vem-se orientando por diferentes paradigmas cujo domínio da percepção educacional sobre as deficiências pode ser dividido em dois grandes campos: a predominância do pensamento médico e, mais recentemente, o resgate pedagógico da educação inclusiva. Esses modelos e sua evolução evidenciam e desvelam as concepções subjacentes aos movimentos de inclusão-exclusão das pessoas com deficiência e seu acesso à educação.⁴ Coerente com sua missão, marcadamente, o IFRS optou pelo paradigma da educação inclusiva e suas ações caracteristicamente definidas com o recorte das políticas afirmativas.

A educação inclusiva no IFRS está alicerçada nos princípios que orientam o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da instituição e as conse-

³ Dados referentes ao primeiro semestre de 2015.

⁴ Cf.: Estabel *et. al.*, 2014.

quentes ações daí advindas. Além dos princípios constitucionais da administração pública,⁵ destacam-se os princípios de ética, desenvolvimento humano, inovação, desenvolvimento científico e tecnológico, qualidade e excelência, autonomia, transparência, respeito e compromisso social.

Assim, alinhada a esses princípios, a proposta acadêmica institucional orienta-se a partir da concepção de educação inclusiva, que compreende o espaço pedagógico relacionado ao reconhecimento da diversidade, assumindo uma postura que ressignifica e acolhe as diferenças como possibilidade de crescimento e aprendizagem de todos. Para tanto, o IFRS vem implementando ao longo de sua história “(...) práticas de aceitação e acolhimento, tanto mais includentes quanto mais a sociedade gerar processos de exclusão”. (Beyer, 2005, p.61).

Em consonância com o que definiu, ainda na década de 2000, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU,⁶ o IFRS busca promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, no que se refere ao acesso e à permanência na instituição, além de promover o respeito pela sua dignidade. Entre as obrigações gerais estabelecidas na referida Declaração, destacam-se como ações afirmativas no IFRS:

- realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, que exijam o mínimo possível de adaptação, cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;
- realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas adequados a pessoas com deficiência, priorizando as tecnologias de baixo custo; e

⁵ Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

⁶ No Brasil, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi instituída pelo Decreto nº 6.949/2009, que define que serão executados e cumpridos todos os aspectos constantes nessa iniciativa.

- propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias, bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações.

Ao defender a posição de que educar é confrontar-se com a diversidade, criando meios para a efetivação da inclusão, o IFRS assume a posição de que: “(...) não há como acolher alunos, cujas necessidades educacionais diferenciam-se significativamente dos demais, sem a construção de uma pedagogia que os atenda em suas particularidades no aprender, sejam elas de natureza cognitiva, sensorial ou física.” (Beyer, 2005, p. 10)

Este é o cenário de um momento que nos exige uma nova forma de ver o mundo, o tempo, o poder, a relação entre as pessoas e as instituições. (Imbernón, 2000) As constantes mudanças e desafios que se apresentam no âmbito da educação inclusiva impõem, não só aos professores, mas às próprias instituições, certa desorientação que faz parte da ruptura com antigos paradigmas e da busca por novas alternativas que promovam a inclusão. Sendo assim, ao assumir o desafio que se apresenta, a partir do paradigma emergente da educação inclusiva, o IFRS assume o desafio da implementação de uma complexidade de currículos e práticas pedagógicas que considerem a especificidade das necessidades apresentadas pelos estudantes.

Com vistas ao desenvolvimento de políticas institucionais que deem suporte ao desenvolvimento das ações afirmativas, em seu PDI, o IFRS define as seguintes metas:

- promover e subsidiar ações de inclusão social, digital, étnico-racial, de gênero e de grupos em vulnerabilidade social, buscando o respeito à diversidade, à valorização cultural e à equidade social. Entre as ações vinculadas a essa meta, destacam-se: divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) e Núcleos de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGSs); publicação de trabalhos científicos para divulgação da Política de Ações Afirmativas; promoção de cursos de capacitação nas temáticas: inclusão, diversidade e direitos humanos; acompanhamento, avaliação e auxílio aos alunos cotistas para que tenham êxito na entrada, permanência e saiam com sucesso para o mundo do trabalho; acompanhamento anual da imple-

mentação da Política de Ações Afirmativas; estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para atender às demandas dos núcleos; incentivo à construção de produtos de tecnologia assistiva para serem utilizados nos *campi* da instituição; capacitação de servidores e de estudantes para utilização de produtos de tecnologia assistiva por meio de cursos presenciais ou a distância; realização de visita a aldeias e quilombos próximos aos *campi* do IFRS, com a finalidade de conhecer a realidade local e as demandas relacionadas à escolarização desses grupos; acompanhamento à implementação da acessibilidade física nos *campi* do Instituto e à manutenção da acessibilidade virtual no novo portal do IFRS; e

- consolidar a política de assistência estudantil do IFRS. Entre as ações vinculadas a essa meta, destacam-se: a implementação, junto aos *campi* do Instituto, de ações de permanência e êxito dos estudantes, em consonância com a política de assistência estudantil e com a legislação vigente; fomento às ações de inclusão de forma articulada com os NAPNEs, NEABIs e NEPGSs dos *campi* do IFRS.

O IFRS entende que a inclusão é uma inovação e não tem, necessariamente, o sentido do inusitado. Na maioria das vezes, as grandes inovações dão-se na concretização do óbvio, do que é simples e possível fazer. No contexto da educação inclusiva, o óbvio e simples precisam ser desvelados para que possam ser compreendido por todos, quebrando as resistências e paradigmas.

O que apresentamos neste livro, portanto, é o resultado do esforço e da ousadia dos servidores do IFRS, gestores, docentes e técnico-administrativos, na criação e reestruturação das condições didático-pedagógicas e de infraestrutura da instituição para a construção de uma educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- BRASIL. Lei nº 11.882, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.
- _____. *Concepções e diretrizes: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília: SETEC/MEC, 2008.
- ESTABEL, L.B.; ESCOTT, C.M.; FRANÇA, M.C.C.C.; e MACHADO, R.P. Inclusão educacional, informacional e profissional da pessoa com deficiência no IFRS: o caso AC. In: SONZA, Andrea Poletto; SALTON, Bruna Poletto; e STRAPAZZON, Jair Adriano. (Orgs.) *Soluções acessíveis: experiências inclusivas no IFRS*. Bento Gonçalves (RS): CORAG, 2014, p.140-158.
- IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2014-2018. Bento Gonçalves (RS): IFRS, 2014.
- GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender-com-sentido*. Novo Hamburgo (RS): Feevale, 2003.
- IMBERNÒN, F. *A educação no século XXI: os desafios do futuro inédito*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- PACHECO, Eliezer. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: SETEC/MEC, 2010.

2. A POLÍTICA E OS NÚCLEOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Anderson Dall Agno¹

Andréa Poletto Sonza²

Bruna Poletto Salton³

Jair Adriano Strapazzon⁴

Rodrigo Ernesto Schroer⁵

2.1. A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A construção da Política de Ações Afirmativas (PAAf) do IFRS teve seu início em junho de 2012, quando foi deflagrado o processo de discussão da regulamentação das ações afirmativas, por meio da Portaria nº 249 de 04/06/2012. O fluxo para discussão desse e dos demais documentos seguia as recomendações da Instrução Normativa nº 03 de 15/02/2012. A Portaria nº 546 de 14/11/2012 deflagrou (a partir de 13/11/2012) o processo de discussão da regulamentação das ações afirmativas até 10/04/2013.

Após isso, a Portaria nº 826 de 28/05/2013 designou o Grupo de Trabalho (GT) das Ações Afirmativas. Esse GT foi constituído pelos seguintes membros: 2 integrantes da Pró-reitoria de Ensino (PROEN); 2 integrantes da Pró-reitoria de Extensão (PROEX);

¹ Assistente em Administração do PROEX/IFRS. Pós-graduando em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio de Sá/Campus FARGS.

² Professora e Assessora de Ações Inclusivas do PROEX/IFRS. Doutora em Informática na Educação pela UFRGS.

³ Técnica em Assuntos Educacionais do PROEX/IFRS. Especialista em Informática na Educação pela PUC/RS.

⁴ Técnico em Assuntos Educacionais do PROEN/IFC. Licenciado em Química e Especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade pela FURG.

⁵ Professor e Diretor do Departamento de Ensino do PROEN/IFRS. Mestre em Ensino de Matemática pela UFRGS.

2 representantes dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), escolhidos por seus pares; e 2 representantes dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs), escolhidos por seus pares.

Assim, no período de maio a outubro de 2013, o GT trabalhou no documento, considerando, sempre que possível, as construções oriundas das discussões/sugestões apresentadas pelos *campi*, inclusive NAPNEs e NEABIs.⁶ Após isso, o documento consolidado pelo GT foi apresentado ao Comitê de Extensão (COEX), que fez algumas considerações, e ao Comitê de Ensino (COEN), que, após lapidar o documento, fez os encaminhamentos ao Conselho Superior (CONSUP) do IFRS, em dezembro de 2013. E, em 25/02/2014, o CONSUP aprovou a Política de Ações Afirmativas (PAAf) por meio da Resolução nº 22/2014.⁷

O documento foi estruturado com os seguintes itens: Disposições Gerais; Princípios Norteadores; Diretrizes; Objetivos; Formas de Acesso aos Cursos do IFRS (Processo Seletivo); Formas de Acesso ao IFRS (Concurso); Permanência e Êxito; Comissão de Acompanhamento e Avaliação da PAAf; e Disposições Finais.

A PAAf considerou a legislação pertinente na área da inclusão. Elencamos algumas das principais leis, decretos e pareceres que nortearam o documento:

- Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- Lei nº 12.852/2012 – Estatuto da Juventude
- Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 08/2012 e Resolução do CNE/CP nº 01/2012 – Diretrizes Nacionais (Educação para os Direitos Humanos)
- Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 – Trata da inclusão das temáticas relacionadas às culturas afro-brasileira e indígena nos currículos de ensino fundamental e médio
- Lei nº 12.711/2012 – Trata da reserva de vagas no ensino superior e técnico de nível médio para estudantes de escola pública, renda inferior, pretos, pardos e indígenas (PPI)
- Decreto nº 3.298/1999 – Trata da destinação 5% de vagas (no mínimo) nos concursos públicos para pessoas com deficiência (PcD) e definição de PcD

⁶ Quando se iniciou o processo de discussão da PAAf do IFRS, ainda não havia Núcleos de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, por isso esses não fizeram parte do GT.

⁷ A Política de Ações Afirmativas (PAAf) na íntegra está disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=169>>.

- Lei nº 10.098/2000 – Acessibilidade
- Decreto nº 5.296/2004 – Acessibilidade e definição PcD
- Lei nº 12.764/2012 – Transtorno do espectro autista considerado como deficiência
- Decreto nº 7.611/2011 – Atendimento educacional especializado

A referida política orienta ações de inclusão para a promoção do respeito à diversidade e à defesa dos direitos humanos. Apresenta medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo IFRS, prioritariamente para negros, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, baixa renda e oriundos de escolas públicas. Também estende-se ao ingresso e à permanência dos servidores, especialmente àqueles com deficiência.

2.2. A ASSESSORIA DE AÇÕES INCLUSIVAS E OS NÚCLEOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS

Entre os eixos de atuação da Extensão dos Institutos Federais, propostas pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) 2013, faz-se um destaque à inclusão social, tecnológica e produtiva. A política de extensão do IFRS, cujo documento está em fase final de elaboração, coloca as ações sociais como uma de suas dimensões. Os objetivos principais dessa dimensão da extensão focam-se na redução das desigualdades sociais, étnico-raciais, religiosas e de gênero, na inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, na promoção e defesa dos direitos humanos e na busca de eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, culminando em uma instituição mais plural, ética e justa.

Assim, nessa égide de atuação, nasce a Assessoria de Ações Inclusivas (AAI) do IFRS, criada por meio da Portaria nº 51, de 27/02/2012, e vinculada à PROEX. À AAI compete planejar, organizar e acompanhar as ações de inclusão, respeito e valorização da diversidade em toda a instituição, sistematizando as informações e consolidando as ações realizadas, de modo a auxiliar na criação e manutenção dos núcleos de ações afirmativas.

Os núcleos de ações afirmativas têm por finalidade adotar medidas que visam eliminar as desigualdades e barreiras das mais diversas naturezas, tais como: físicas, sociais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero, entre várias outras que foram construídas ao

longo de um processo histórico excludente. A partir disso, os núcleos realizam ações concretas com o público discente e servidores da instituição, estudos e interlocução social, voltados ao desenvolvimento de pesquisas, promoção de cursos de formação e de eventos, além de organização de publicações, destinados à difusão e à análise técnica e reflexiva das experiências de ações afirmativas para acesso, permanência e êxito do público-alvo da PAAf do IFRS e da comunidade externa.

Os núcleos de ações afirmativas do IFRS são compostos pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) e Núcleos de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGSs), que estão vinculados à Diretoria/Coordenadoria de Extensão de seus *campi*. Cabe um destaque à padronização da forma de gestão das ações afirmativas do IFRS, ao fazer um espelho da reitoria para os *campi*: na reitoria, a AAI está subordinada à PROEX, assim como nos *campi*, os núcleos estão vinculados às Diretorias/Coordenadorias de Extensão. Tal estratégia, fortemente discutida entre núcleos, AAI, PROEX e Reitoria do IFRS, trouxe uma forma mais saudável, prática e rápida de deliberar assuntos de sua competência.

2.2.1. NAPNES – NÚCLEOS DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

O NAPNE constitui um setor propositivo e consultivo que media a educação inclusiva no IFRS, visando eliminar as barreiras nas variadas dimensões da acessibilidade. Seu público-alvo, as pessoas com necessidades educacionais específicas, são todas aquelas cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos do espectro autista e outros transtornos ou dificuldades de aprendizagem.

Entre suas principais finalidades, destacam-se:

- incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição;
- contemplar e implementar as políticas nacionais de educação inclusiva;
- incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem com interesse na educação/atuação/inclusão profissional para pessoas com necessidades educacionais específicas;

- participar do ensino, pesquisa e extensão nas questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas nos âmbitos estudantil e social;
- promover a divulgação de informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo dos *campi*, articulando ações de inclusão em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- promover a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade;
- integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade, propiciando sentimento de corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição;
- garantir a prática democrática e a inclusão como diretriz do *campus*;
- buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na Instituição; e
- promover capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

Portanto, compete aos NAPNEs:

- implantar estratégias de inclusão, permanência e saída exitosa para o mundo do trabalho de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PNEEs);
- articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades;
- buscar parcerias com entidades de atendimento de PNEEs;
- incentivar e/ou realizar pesquisa e inovação no que tange à inclusão de PNEEs;
- promover quebra de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais⁸ nos *campi*;

⁸ Segundo Sasaki (2009), as seis dimensões da acessibilidade estão diretamente relacionadas à eliminação das principais barreiras para inclusão de pessoas com deficiência. São elas: arquitetônicas (sem barreiras físicas); comunicacionais (sem barreiras na comunicação interpessoal); metodológicas (sem barreiras em métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação); instrumentais (sem barreiras nos utensílios, ferramentas e instrumentos); programáticas (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas); e atitudinais (sem preconceitos, estigmas, estereótipos, discriminações nos comportamentos da sociedade para a pessoa que tem deficiência).

- promover a instrumentalização dos servidores dos *campi*;
- prestar assessoramento aos dirigentes do *campus* em questões relativas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas;
- participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição de modo a atender as pessoas com necessidades educacionais específicas;
- promover mecanismos diversificados de divulgação;
- participar do processo de ingresso de novos alunos;
- participar e estimular a elaboração de projetos e editais que visem fomentar as ações do NAPNE; e
- auxiliar na execução da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

De suas ações concretas, ressaltam-se as seguintes: atendimento especializado aos discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa; adaptação de materiais curriculares; instrução de práticas pedagógicas; atendimento educacional especializado a alunos do IFRS e de outras instituições parceiras; participação nos conselhos de classe dos *campi*, com o intuito de discutir as possibilidades e dificuldades do público atendido; elaboração de dicionário de Libras; oferta e organização de eventos de sensibilização à comunidade interna e externa; auxílio na elaboração de provas para concursos e processos seletivos acessíveis; oficinas e cursos de extensão, visando ao crescimento individual e profissional do público-alvo de atendimento do núcleo; curso de Libras; apresentação e discussão de filmes sobre deficiência e inclusão; aulas e oficinas de matemática e raciocínio lógico para alunos com deficiência, tanto do IFRS como de instituições parceiras; atividades culturais com e para pessoas com deficiência; criação de *blogs* dos NAPNEs para divulgação de materiais e das atividades desenvolvidas; participação em eventos regionais, estaduais e nacionais; apresentação de trabalhos sobre vestuário e acessibilidade e roupas ergonômicas para PCDs; visitas às instituições de atendimento as pessoas com deficiência; aquisição de acervos bibliográficos; contratação de intérprete de Libras nos *campi* que apresentam a demanda; acessibilidade física; desenvolvimento de dispositivos de Tecnologia Assistiva (TA); curso de informática para PNEEs; aulas complementares e de reforço para alunos com necessidades específicas; adaptação de provas em Braille; desenvolvimento do projeto de equoterapia e projetos para criação da pet-terapia e adestramento de cães-guias; acolhimento aos alunos ingressantes.

Os doze campi já implantados do IFRS possuem NAPNEs institucionalizados por portaria do diretor-geral; um dos campi em implantação já criou o Núcleo de Ações Afirmativas, o qual congrega inclusive as ações dos NAPNEs; os outros quatro campi em implantação já possuem expectativa de estruturação dos referidos núcleos.

2.2.2. NEABIS – NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS

Dos dezessete *campi* do IFRS, doze já possuem NEABIs. O NEABI caracteriza-se como um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa.

São algumas competências dos NEABIs:

- promover encontros de reflexão e capacitação de servidores para conhecimento e valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da cultura indígena, na constituição histórica e cultural do país;
- promover a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, relacionadas à temática;
- propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa dos *campi* nos aspectos étnico-raciais;
- auxiliar na implementação das leis que estabelecem a cultura afro-brasileira e indígena como pontos de estudo e atividades no currículo escolar;
- buscar a implementação de projetos de valorização e reconhecimento dos sujeitos negros e indígenas no contexto dos *campi*;
- possibilitar o desenvolvimento de conteúdos curriculares, extracurriculares e pesquisas com abordagem multi e interdisciplinares sobre a temática de forma contínua;
- organizar espaços de conhecimento, reconhecimento e interação com grupos étnico-raciais;
- revisar documentos dos *campi*, sempre buscando sua inserção e atualização no que compete as questões étnico-raciais;
- propor e participar de eventos de outras instituições, como também de movimentos sociais que envolvam questões relacionadas à cultura afro-brasileira e indígena;

- divulgar o processo seletivo do IFRS junto às comunidades indígenas e quilombolas das regiões de abrangência dos *campi* do IFRS, em parceria com a Comissão Permanente de Processo Seletivo Discente (COPERSE);
- promover oficinas e cursos relacionados à valorização da cultura e história afro-brasileira e indígena, como danças, músicas, artesanato; e
- auxiliar os alunos indígenas na preparação dos documentos necessários para inscrição e matrícula nos cursos ofertados pela instituição.

Podem ser citadas como ações concretas dos NEABIs: participação de seminário para elaborar o Plano Estadual das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-brasileiras e Indígenas; formação para estudantes, servidores e comunidade externa com vistas a subsidiar o cumprimento das leis nº 10.639/2003, 9.11.645/2008;⁹ e resoluções CNE/CP nº 01 de 17/06/2004¹⁰ e CNE/CP nº 01 de 30/05/2012¹¹ e sua importância para a erradicação das discriminações sociais e étnico-raciais vigentes no Brasil; cursos de português para estrangeiros; oficinas de percussão e arte indígena e afro-brasileira; exibição de filmes e discussões sobre as temáticas dos NEABIs; doações de roupas para imigrantes haitianos; aquisição de livros para ampliar o acervo bibliográfico dos NEABIs; palestras a alunos, servidores e comunidade externa com amplo debate sobre racismo, cidadania e religiosidade; visitas a aldeias indígenas e quilombos nas regiões de atuação dos *campi*; oficinas de arte e cultura africanas; planejamento de ações na Semana da Consciência

⁹ Refere-se aos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, oficiais e particulares, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

¹⁰ Refere-se aos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, públicos e privados, tornando obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

¹¹ Refere às Instituições de Ensino Superior (IES), que deverão incluir nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram Educação das Relações Étnico-raciais.

¹² Refere-se à necessidade de incluir a temática Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, a qual deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPCs) das IES; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Negra e do Dia dos Povos Indígenas; publicação de artigos em livros do IFRS e outras instituições; criação de blogs para os NEABIs; sessões de leituras; incentivo à formação de grupos musicais e de teatro com a temática indígena e africana; mostra de documentários indígenas; palestras e debates com lideranças indígenas; oficinas de pintura corporal; arrecadação de livros, roupas e brinquedos para doação a aldeias indígenas.

2.2.3. NEPGSS – NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISA EM GÊNERO E SEXUALIDADE

Os NEPGSS estão em implantação no IFRS. Atualmente, são três os núcleos existentes, localizados nos *campi*: Caxias do Sul, Erechim e Canoas. O NEPGS é responsável pela implementação e acompanhamento de programas, ações e projetos envolvendo os temas corpo, gênero, sexualidade e diversidade no âmbito das unidades da instituição. São algumas as competências dos NEPGSS:

- participar da tomada de decisões e operacionalizações de assuntos concernentes a: políticas, programas, ações e/ou atividades que envolvam as temáticas relacionadas a corpo, gênero, sexualidade e diversidade no *campus*;
- assessoramento e consultoria à Coordenadoria de Assistência Estudantil do *campus*, em situações ou casos que envolvam essas temáticas;
- estudo e produção científica sobre as temáticas do núcleo, a fim de contribuir para este campo de conhecimento e para os currículos dos cursos ofertados;
- auxílio na elaboração da normativa que possibilita a utilização do nome social por alunos e servidores, em todos os atos e procedimentos desenvolvidos no IFRS;
- articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas às temáticas de atuação dos NEPGSS, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, materiais didático-pedagógicos a serem utilizados nas práticas educativas e ações de ensino, pesquisa e extensão;
- participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição no que se refere ao atendimento, aconselhamento e acompanhamento de pessoas que, em função de gênero e/ou sexualidade, encontrem-se em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional;

- discutir a importância dos movimentos sociais na luta contra as desigualdades sociais, com ênfase nas desigualdades de gênero;
- conhecer e debater junto à comunidade escolar e local as leis que tratam da união civil de pessoas de mesmo sexo, cirurgias de redesignação sexual e alterações no nome de travestis, transsexuais e transgêneros;
- fomentar discussões sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), sintomas e tratamentos, em parceria com secretarias municipais de saúde e órgãos afins; e
- opinar sobre questões pertinentes que forem encaminhadas e que envolvam a temática de estudo e pesquisa do núcleo.

As ações dos NEPEGSs que merecem destaque são: inserção de materiais para o trabalho docente sobre diversidade, gênero e sexualidade; criação de *blogs*; participação nas redes sociais, difundindo o debate sobre discriminação com a população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT); palestras para a comunidade surda sobre sexualidade e prevenção de DSTs e HIV/AIDS; promoção de debates com a comunidade interna e externa sobre os temas relacionados à área de atuação do núcleo; mostra de cinema sobre direitos humanos; participações em oficinas, palestras e capacitações; aquisição de livros sobre a temática gênero, corpo, sexualidade.

Como os NEPEGSs estão em implantação, estruturando sua composição, ainda não possuem regulamento aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP). Desse modo, as ações esperadas do núcleo ainda estão em fase inicial de desenvolvimento.

2.3. ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas (CAPAAf) do IFRS, com caráter avaliativo e propositivo, é composta por representantes dos núcleos institucionais vinculados às ações afirmativas, Comitê de Ensino (COEN), Comitê de Extensão (COEX), Comitê de Desenvolvimento Institucional (CODI), Assistência Estudantil (AE), pela Assessoria de Ações Inclusivas (AAI)-PROEX e Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

Entre as principais atribuições da CAPAAf destacam-se:

- propor ações de acompanhamento dos estudantes ingressantes pela política, tendo eles concluído o curso com sucesso ou não, a fim de fornecer subsídios para melhorar as ações institucionais;
- incentivar e apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, envolvendo os estudantes e suas comunidades;
- realizar avaliações anuais sobre o andamento da PAAf;
- participar da elaboração dos editais dos processos seletivos de ingresso nos cursos de ensino médio e superior e da organização do processo seletivo e concursos públicos do IFRS;
- propor mecanismos para a permanência dos estudantes e/ou fontes de financiamentos; e
- acompanhar e avaliar a oferta de capacitação dos servidores para atuarem nos processos educacionais voltados para as ações afirmativas.

A necessidade de haver uma comissão da PAAf justifica-se pelo fato de a mesma ter sido construída levando-se em consideração a conjuntura e especificidades atuais do IFRS, mas sempre considerando, em um contexto dialético, a possibilidade de mudanças no decorrer do tempo, do público atendido e das regiões de implantação de novos *campi*. Essa comissão também precisa averiguar se a PAAf está alcançando os objetivos a que se propõe, avaliando a eficácia de suas diretrizes, propondo as devidas alterações no documento, sempre que necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 10.639, de 09/01/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- _____. Resolução nº 1, de 17/06/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- _____. Lei nº 11.645, de 10/03/2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- _____. Resolução nº 1, de 30/05/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- CONIF. Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. *Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.
- IFRS. Resolução nº 20, de 25/02/2014. Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do IFRS. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- _____. Resolução nº 21, de 25/02/2014. Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do IFRS. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- _____. Resolução nº 22, de 25/02/2014. Política de Ações Afirmativas do IFRS. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. In: *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*. São Paulo, mar./abr. 2009, p.10-16.

3. AÇÕES PARA O INGRESSO

Anderson Dall Agnol¹

Andréa Poletto Souza²

Bruna Poletto Salton³

Clarice Monteiro Escott⁴

Everaldo Carniel⁵

Luiz Gaspar Fensterseifer⁶

Vinícius Lima Lousada⁷

INTRODUÇÃO

O IFRS contempla o público-alvo das ações afirmativas desde o seu ingresso na instituição, através da reserva de vagas nos processos seletivos e concurso públicos, da garantia de acessibilidade e provimento de condições especiais quando necessárias.

Nesse contexto, para que os estudantes possam concorrer às vagas, são considerados:

¹ Assistente em Administração do PROEX/IFRS. Pós-graduando em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio de Sá/Campus FARGS.

² Professora e Assessora de Ações Inclusivas do PROEX/IFRS. Doutora em Informática na Educação pela UFRGS.

³ Técnica em Assuntos Educacionais do PROEX/IFRS. Especialista em Informática na Educação pela PUC/RS.

⁴ Professora e Pró-reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFRS. Doutora em Educação pela UFRGS.

⁵ Assistente em Administração e Membro do NAPNE/IFRS/Campus Bento Gonçalves. Especialista em Direito Processual Civil pela UNINTER.

⁶ Diretor do Departamento de Concursos e Ingresso Discente do PRODI/IFRS. Mestrando em Educação Agrícola pela UFRRJ.

⁷ Professor e Pró-reitor Adjunto de Ensino do IFRS. Doutor em Educação pela UFRGS.

- egressos de escola pública: aqueles que cursaram integralmente o ensino fundamental ou médio em instituições de ensino públicas, entendidas pela Lei n° 9.394/1996 como aquelas criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público;
- negros: candidatos que se autodeclararem como negros de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- indígenas: candidatos que sejam membros de um povo indígena, comprovado por autodeclaração do candidato, documento do candidato descrevendo detalhadamente sua relação com a comunidade indígena e declaração da comunidade sobre a condição étnica do candidato, assinada por, ao menos, cinco lideranças reconhecidas, conforme a Portaria n° 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (Funai, 2009); e
- pessoas com deficiência: a deficiência deve estar enquadrada na classificação do Decreto n° 3.298/1999 e suas alterações: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual (contemplando cegueira e baixa visão), deficiência intelectual e deficiência múltipla. Ainda, de acordo com o Art. 2° da Lei n° 12.764/2012, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Para concursos públicos, a Súmula n° 377/2009 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) consagrou o direito de concorrer, como pessoa com deficiência, também o candidato com visão monocular.

3.1. INGRESSO DE ALUNOS NO IFRS

No IFRS, os alunos ingressam nos cursos técnicos por meio de processo seletivo através de prova com questões objetivas. Já, para ingresso nos cursos de nível superior, é possível optar pela utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) ou pela realização do vestibular, que é composto por provas com questões objetivas e redação.

A legislação brasileira, por meio da Lei n° 12.711/2012, do Decreto n° 7.824/12 e da Portaria Normativa n° 18 de 11/10/2012 normatiza a respeito do processo de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dão outras providências. Tal legislação regulamenta os processos de ingresso e ações afirmativas para estudantes em instituições federais, mais especificamente os advindos de escolas públicas, divididos

em estudantes com renda inferior a 1,5 salário mínimo e com renda superior a 1,5 salário mínimo, bem como alunos pretos, pardos e indígenas. Portanto, a política de ações afirmativas, em seu Art. 1º§ 1º, estabelece como um de seus objetivos gerais, relacionado ao processo seletivo do IFRS:

Propor medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo instituto, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas. (IFRS, 2014, p. 01)

Nesse contexto, a ocupação das vagas discentes no IFRS ocorre pelas seguintes modalidades:

- I. por acesso universal;
- II. por acesso universal e reserva de vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*;
- III. por acesso universal e reserva de vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e autodeclarado preto, pardo ou indígena;
- IV. por acesso universal e reserva de vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo *per capita*;
- V. por acesso universal e reserva de vagas para estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e autodeclarado preto, pardo ou indígena; e
- VI. por acesso universal e reserva de vagas para pessoa com deficiência.

A política de ingresso discente do IFRS, em construção, observa a legislação em vigor e se configura num dispositivo alinhado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFRS, bem como articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS, tendo por referências transversais a Política de Ações Afirmativas (PAAf) do IFRS (Resolução CONSUP nº 022, de 25/02/2014) e a Política de Assistência Estudantil (Resolução CONSUP nº 086, de 03/12/2013). Essa política institucional está em elaboração no

âmbito do Comitê de Ensino do IFRS, que inseriu suas contribuições ao texto inicial produzido pelo Grupo de Trabalho definido no referido comitê para esse fim. Logo, a nova minuta receberá as contribuições dos núcleos dos *campi*, afeitos ao tema das ações afirmativas, e a Pró-reitoria de Ensino procederá o encaminhamento da minuta do documento ao CONSUP.

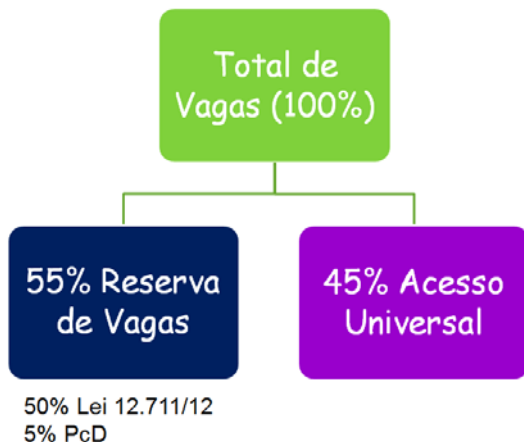
Cumprir dizer que, entre os princípios da política de ingresso discente estão: compromisso com a divulgação dos processos de ingresso discente de todos os níveis, tipos, formas e modalidades de ensino; enfrentamento das desigualdades educacionais, objetivando a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência exitosa dos estudantes; articulação com a PAAf do IFRS; conexão com a Política de Assistência Estudantil do IFRS; unidade institucional no planejamento, execução, controle e avaliação dos processos de ingresso discente, observando-se as particularidades locais e regionais; atuação integrada com os diversos setores dos *campi* que, por força regimental ou de natureza, estejam envolvidos com os processos de ingresso discente; atendimento aos grupos populares, através de cursos preparatórios comunitários para os processos de ingresso discente, fomentados pela comunidade acadêmica dos *campi*, em sua área de abrangência.

3.1.1. COTAS PARA INGRESSO NOS CURSOS DO IFRS

A PAAf do IFRS estabelece, em seu Art. 8º, que, do total das vagas oferecidas nos diferentes níveis e modalidades de ensino no IFRS, será garantido, no mínimo, 55% das vagas para o programa. Este percentual é fracionado da seguinte forma: 50% para estudante egresso de escola pública com renda *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo e autodeclarado preto ou pardo ou comprovado indígena; estudante egresso de escola pública com renda *per capita* superior a 1,5 salário mínimo e autodeclarado preto ou pardo e comprovado indígena; estudante egresso de escola pública com renda *per capita* menor ou igual a 1,5 salário mínimo; estudante egresso de escola pública com renda *per capita* superior a 1,5 salário mínimo (atendendo à Lei nº 12.711/2012); e 5% para pessoas com deficiência.

O percentual de vagas para pessoas com deficiência é retirado das vagas de acesso universal, não havendo a necessidade de comprovação adicional vinculada à renda ou escola pública. Quanto às vagas reservadas para preto/pardo e indígena, a PAAf definiu os percentuais conforme o Censo do IBGE no Rio Grande do Sul para pretos/pardos e para indígenas.

FIGURA 1
RESERVA DE VAGAS PARA INGRESSO DISCENTE NO IFRS



Fonte: IFRS.

No caso de algum candidato enquadrar-se em mais de um critério, a ordem estabelecida será: ampla concorrência, egresso de escola pública, negros, indígenas e pessoas com deficiência. No caso de não haver candidato em condições de preencher as vagas garantidas nesse artigo, estas se reverterão à ampla concorrência.

No que tange à pós-graduação, em 2015, quando da implementação dos dois primeiros programas *stricto sensu* (Mestrado Profissional, aprovados pela Capes, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação enviou ao CONSUP proposta de inclusão de cotas para essa etapa da educação superior, em complementação à PAAE, que previa ingresso por cotas para os níveis técnico e superior. Em 28 de abril de 2015, o CONSUP aprovou a Resolução nº 030, que aprova a inclusão de cotas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência nos processos de seleção dos programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* do IFRS. A reserva de vagas definida pela resolução apresenta a seguinte disposição para a distribuição das cotas: 1 vaga para negros (pretos/pardos); 1 vaga para indígena; 1 vaga para pessoa com deficiência. Com essa decisão política, o IFRS torna-se um protagonista no ineditismo da definição de cotas na pós-graduação brasileira.

3.2. INGRESSO DE SERVIDORES NO IFRS

Nos termos do Art. 37º Inciso II da Constituição Federal de 1988, a investidura em cargo ou emprego público é condicionada à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

3.2.1. COTAS PARA INGRESSO DE SERVIDORES NO IFRS

O princípio do concurso público visa assegurar a todos iguais oportunidades para disputar cargos ou empregos na administração direta ou indireta. A legislação brasileira garante às pessoas com deficiência o direito de participar em concursos públicos, seja ele de qualquer esfera ou órgão público. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37º Inciso VIII, estabelece que a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão. Além disso, tal direito é assegurado também pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, cujo teor o Brasil ratificou com *status* de Emenda Constitucional pelo Decreto Federal nº 6.949/2009, no qual se compromete a empregar pessoas com deficiência no setor público, segundo o Art. 27, alínea G, do referido documento.

De acordo com o Decreto nº 3.298/1999, para fins de concursos federais, o percentual mínimo de vagas a serem reservadas para pessoas com deficiência é de 5%, de acordo com o cargo/área/especialidade. Por sua vez, a Lei nº 8.112/1990, Art. 5º, § 2º, estabelece o máximo, que deve ser de até 20%.

Recentemente, foi publicada a Lei nº 12.990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Nesse contexto, atendendo à legislação, os concursos públicos do IFRS contemplam a reserva de, no mínimo, 5% das vagas para pessoas com deficiência e 20% para negros (pretos e pardos), no caso de número de vagas igual ou superior a três, conforme estabelecido na legislação.

A Figura 2 apresenta trecho retirado do Edital nº 06/2015, de concurso público de provas e títulos para docente do IFRS, no qual a reserva de vagas para pessoa com deficiência foi de 10%.

FIGURA 2
RESERVA DE VAGAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
PREVISTA EM EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTE DO IFRS

7.3. O candidato com deficiência, em razão da necessária equiparação de oportunidade, concorrerá às vagas destinadas a cada área/disciplina, sendo reservado o percentual de 10% (dez) por cento, conforme previsão da Lei 8.112/90, art.5º, §2º c/c Decreto 3.298/99, em face da classificação obtida e das vagas disponíveis por área/disciplina e para as que vierem a ser criadas dentro do prazo de validade do concurso.

Fonte: IFRS.

Ainda, os editais devem prever a reserva de vagas para aquelas que venham a existir ou ser criadas durante a validade do concurso, conforme a figura 3, retirada do Edital 06/2015, de concurso público de provas e títulos para docente do IFRS.

FIGURA 3
RESERVA DE VAGAS A SEREM CRIADAS PREVISTA
EM EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTE DO IFRS

6. DAS RESERVAS DAS VAGAS A SEREM CRIADAS:

- 6.1. Se vierem a ser criadas novas vagas para as áreas de conhecimento durante a validade deste concurso, será observado o percentual de 20% (vinte por cento) para reserva aos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público e serão providas nos termos da Lei 12.990/2014.
- 6.2. Se vierem a ser criadas novas vagas para as áreas de conhecimento durante a validade deste concurso, será observado o percentual de 10% (dez por cento) para reserva aos candidatos com deficiência e serão providas na forma do §2º do Art. 5º da Lei nº 8.112 de 11/12/1990, e do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999.
- 6.3. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

Fonte: IFRS.

3.3.PROCESSOS SELETIVOS E CONCURSOS PÚBLICOS DO IFRS

Os editais dos concursos públicos e processos seletivos devem conter capítulo específico para tratar dos requisitos acerca das vagas reservadas ao público-alvo das ações afirmativas. Segundo os Artigos 39º e 40º do Decreto nº 3.298/1999, os editais deverão conter, entre outros, os seguintes requisitos:

- declarar quais as pessoas que poderão concorrer às vagas reservadas em concursos públicos, como também o público-alvo das ações afirmativas em processos seletivos para ingresso de estudantes;

- explicações sobre a exigência de apresentação de laudo médico ou demais documentos comprobatórios;
- o número de vagas existentes, bem como o total de vagas correspondente à reserva destinada às pessoas com deficiência em concursos, assim como o total de vagas destinadas ao público-alvo das ações afirmativas em processo seletivo discente,
- a compatibilidade da deficiência com o cargo pretendido (em concursos); e
- previsão de adaptação das provas e requerimento de solicitação de condições especiais para o dia das provas.

Segundo o Decreto nº 3.298/1999, os editais devem contemplar a exigência de apresentação de laudo médico pelo candidato com deficiência, no ato da inscrição, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID). O laudo médico deverá ser encaminhado no endereço e prazos previamente publicados no edital ou anexado cópia digital ao formulário de inscrição, para assim poder pleitear a possibilidade de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. A Figura 4 mostra o formulário para declaração de necessidade especial presente no manual do candidato de processo seletivo do IFRS.

Para as vagas reservadas para egressos de escola pública, baixa renda, negros e indígenas, nos processos seletivos discentes, no momento da inscrição, o candidato sinaliza a que reserva de vaga deseja concorrer. As comprovações exigidas no edital/manual do candidato são feitas no momento da matrícula, caso o candidato seja aprovado.

3.3.1. EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO

O órgão responsável pelo concurso ou processo seletivo deverá contar com o apoio de equipe multiprofissional. Sua concepção, com atribuições definidas nas diferentes fases do concurso e processo seletivo, bem como ao longo do estágio probatório, reflete a preocupação do poder público no âmbito da administração pública com as condições em que se realizarão as provas, o ingresso de discentes, o curso de formação e o exercício das funções durante o estágio probatório. (Gugel, 2006)

Logo, conforme o Art. 43º do Decreto nº 3.298/1999, fica assim estabelecido que:

FIGURA 4
FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE ESPECIAL

FORMULÁRIO DECLARAÇÃO DE CANDIDATO COM NECESSIDADE DE ATENDIMENTO ESPECIAL		
Câmpus: _____ Curso pretendido: _____		
Nome completo do Candidato: _____		
Nome e telefone de uma pessoa para contato, no caso do candidato estar impedido de dar maiores esclarecimentos: _____		
Assinale se apresenta alguma(s) das condições listadas abaixo:		
<input type="radio"/> Amputação	<input type="radio"/> Hemiplegia	<input type="radio"/> Surdez
<input type="radio"/> Ausência de Membro	<input type="radio"/> Mobilidade reduzida de	<input type="radio"/> Tetraplegia
<input type="radio"/> Baixa Audição	membros Lactante Usuário de	<input type="radio"/> Síndrome, qual? _____
<input type="radio"/> Baixa Visão	medicamento	_____
<input type="radio"/> Cegueira	<input type="radio"/> Nanismo Afasia	<input type="radio"/> Transtorno, qual? _____
<input type="radio"/> Deficiência Intelectual	<input type="radio"/> Paralisia Cerebral	_____
<input type="radio"/> Esclerose Múltipla	<input type="radio"/> Paraplegia	<input type="radio"/> Outra, qual? _____
<input type="radio"/> Espectro Autista	<input type="radio"/> Paresia	_____
Segundo seu laudo ou atestado médico		
O número do CID/CIF de sua condição é: _____		
Descreva com suas palavras		
Sua situação e o que pode ser feito para que a realização de sua prova, transcorra da melhor forma possível: _____		

Fonte: IFRS.

O órgão que abrirá concurso deverá constituir equipe multiprofissional composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato, onde a mesma terá o papel de assessorar o órgão responsável pelo concurso em todas as fases.

Segundo o §2º do mesmo decreto, essa equipe dará assistência integral ao órgão durante as diferentes etapas do concurso público e do processo seletivo, durante o ingresso e ao longo do período de estágio probatório. No caso do ingresso discente no IFRS, a equipe multiprofissional de apoio se configura com a participação de servidores membros das comissões locais, dos *campi* do IFRS, dos NAPNEs e NEABIs, conforme a demanda apresentada, por servidores do setor ou departamento de ensino e assistência estudantil das unidades do instituto.

3.3.2. ADAPTAÇÕES E CONDIÇÕES ESPECIAIS

O Decreto nº 3.298/1999 estabelece que é direito da pessoa com deficiência requerer as adaptações necessárias e diferenciadas a sua participação em certame e processo seletivo desde que o mesmo tenha requerido tratamento diferenciado no prazo determinado em edital, sendo o atendimento às condições solicitadas sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido. A Figura 5 corresponde ao formulário para solicitação de adaptação ou condição especial presente no manual do candidato para processo seletivo discente do IFRS.

FIGURA 5
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA PROCESSO SELETIVO

Caso necessite de algum(s) dos atendimentos especiais listados abaixo, assinale a(s) alternativa(s) correspondente(s):

- Acesso facilitado em função de dificuldade de locomoção ou uso de cadeira de rodas.
- Alguém que transcreva a minha redação (escrevedor) apenas para cursos superiores.
- Cadeira e mesa adequadas à minha estatura ou amputação.
- Computador com editor de textos para digitação.
- Computador com software leitor de tela. Qual? _____
- Correção da minha redação adaptada em função de minha primeira língua ser a Libras.
- Equipamento adaptativo - Tecnologia Assistiva (prótese ou órtese) de minha propriedade.
- Escrevedor para preenchimento de elipses.
- Ledor para leitura da prova.
- Mesa adequada a uma cadeira de rodas.
- Permissão para uso de medicamento durante a prova.
- Permissão para utilizar meu aparelho auditivo durante a prova.
- Presença de Intérprete de Libras.
- Presença de um acompanhante que permanecerá fora da sala a minha disposição.
- Prova filmada em Libras.
- Prova impressa com fonte ampliada para 14.
- Prova impressa com fonte ampliada para 16.
- Prova impressa com fonte ampliada para 18.
- Realização da prova em ambiente com poucas pessoas.
- Tempo adicional para realização da prova (adição de 1 hora até 1/3 do tempo total permitido aos demais candidatos), mediante parecer de profissional da área da saúde.
- Tempo para amamentação (mediante atestado médico).
- Uso de lupas ou outros aumentadores de minha propriedade.
- Outra solicitação? Descreva: _____

Fonte: IFRS.

A análise do atendimento das condições solicitadas deverá ser realizada pela equipe multiprofissional/apoio devidamente capacitada para este fim. Conforme aparece no Art. 43º, *caput* e § 1º, Inciso I do Decreto nº 3.298/1999, sempre se deve procurar atender o mais próximo possível a requisição do candidato, pois é ele que conhece as condições as quais mais está adaptado para participar em condição de igualdade na realização da prova. Não sendo possível atender da forma requisitada, o que se recomenda é que um membro da equipe multiprofissional/apoio, de preferência com conhecimentos na área específica da deficiência, entre em contato com o requisitante para tratar das alterações do pedido, que deverão ser realizadas com o aval do mesmo, sob pena de este ter de buscar a justiça para garantir o que solicita; o requisitante e a equipe devem acertar os detalhes finais para que o candidato com deficiência não tenha prejuízos e nem benefícios na realização da prova. Inclusive, de acordo com o § 1º, do Art. 43º do Decreto nº 3.298/1999, é dever da equipe multidisciplinar emitir parecer observando as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição.

Além do atendimento às adaptações solicitadas, caso seja necessário, a instituição também deverá fornecer recursos de tecnologia assistiva para as pessoas com deficiência que estejam impossibilitadas de utilizar os meios convencionais para a realização da prova. Ressalta-se que o recurso adequado deve ser requerido pelo candidato no ato da inscrição.

No sentido de garantir a igualdade de condições, o IFRS preocupa-se em oferecer serviços que buscam a acessibilidade desde o início dos processos seletivos e concursos, ou seja, desde a divulgação dos editais, até o momento do resultado e chamamento. Para isso, o IFRS conta com:

- Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) dos *campi*: contam com profissionais capacitados para auxiliar no processo de adaptação de provas e provimento de condições especiais para os processos seletivos e concursos;
- Profissionais de Libras: os tradutores-intérpretes e professores de Libras surdos e ouvintes do IFRS vêm auxiliando no processo de tradução/interpretação das provas em Libras, realizando inclusive, junto à equipe da comunicação, a produção de vídeos, bem como das informações constantes nos editais, além da divulgação do próprio processo seletivo em Libras; e

- Projeto de Acessibilidade Virtual (PAV): vinculado à Pró-reitoria de Extensão, conta com equipe de profissionais experiente nas áreas de acessibilidade digital e tecnologia assistiva, que auxiliam para garantir a acessibilidade nos documentos digitais (editais, manual do candidato, portarias, normativas etc.), nos *sites* e formulários de inscrição *online* e dando, também, todo o suporte no que tange aos recursos de tecnologia assistiva que se façam necessários nos concursos ou processos seletivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2015.
- _____. Lei nº 8.112 de 11/12/1990. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- _____. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2015.
- _____. Decreto nº 3298, de 20/12/1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24/10/1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2015.
- BRASIL. Súmula nº 377, de 22/04/2009. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/>>. Acesso em: ago. 2015
- _____. Decreto nº 6.949, de 25/08/2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30/03/2007. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2015.
- _____. Lei nº 12.764, de 27/12/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98º da Lei nº 8.112, de 11/12/1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- _____. Lei nº 12.990, de 09/06/2014. Reserva aos Negros de 20% das Vagas Oferecidas nos Concursos Públicos para Provimento de Cargos Efetivos e Empregos Públicos no Âmbito da Administração Pública Federal, das Autarquias, das Fundações Públicas, das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista Controladas pela União. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- FUNAI. Portaria nº 849/PRES, de 04/08/2009. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2015.

GUGEL, Maria. A. Pessoa com deficiência e o direito ao concurso público. Goiânia, UCG, 2006. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.

IFRS. Resolução nº 022, de 25/02/2014. Institui a Política de Ações Afirmativas do IFRS. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: jun. 2015.

4. AÇÕES PARA PERMANÊNCIA E ÊXITO

Anderson Dall Agnol¹

Andréa Poletto Souza²

Bruna Poletto Salton³

Clarice Monteiro Escott⁴

Jair Adriano Strapazzon⁵

Rodrigo Ernesto Schroer⁶

Vinícius Lima Lousada⁷

4.1. GRUPOS DE TRABALHO (GTS)

Os GTs, designados por meio de portaria específica, constituem instâncias de debates, informações, circulação do conhecimento de temas diversos, como também visam sensibilizar, mobilizar e debater sobre temas e aspectos específicos, com o propósito de subsidiar a proposição e a elaboração de documentos balizados com vistas a melhorias das práticas nas temáticas envolvidas. No que tange às ações afirmativas do IFRS, os GTs são, geralmente, formados por servidores dos diversos setores da instituição e núcleos

¹ Assistente em Administração do PROEX/IFRS. Pós-graduando em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio de Sá/Campus FARGS.

² Professora e Assessora de Ações Inclusivas do PROEX/IFRS. Doutora em Informática na Educação pela UFRGS.

³ Técnica em Assuntos Educacionais do PROEX/IFRS. Especialista em Informática na Educação pela PUC/RS.

⁴ Professora e Pró-reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFRS. Doutora em Educação pela UFRGS.

⁵ Técnico em Assuntos Educacionais do PROEN/IFC. Licenciado em Química e Especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade pela FURG.

⁶ Professor e Diretor do Departamento de Ensino do PROEN/IFRS. Mestre em Ensino de Matemática pela UFRGS.

⁷ Professor e Pró-reitor Adjunto de Ensino do IFRS. Doutor em Educação pela UFRGS.

de ações afirmativas. Após a elaboração, os documentos e as proposições são encaminhados para avaliação e contribuições dos demais membros envolvidos na temática, buscando, dessa forma, uma participação democrática nas decisões institucionais.

Além do Grupo de Trabalho das Ações Afirmativas, mencionado no capítulo 2, foram criados outros, com vistas a atender os preceitos da PAAf do IFRS, os quais serão apresentados na sequência.

4.1.1 GRUPO DE TRABALHO ACESSIBILIDADE FÍSICA, COMUNICACIONAL E INSTRUMENTAL

Buscando a efetivação da educação pública para todos, orientada pelos princípios do respeito às diferenças, da igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão, permanência e êxito dos alunos e servidores, em 2013, foi formado o GT Acessibilidade Física (Portaria nº 1018, de 12/07/2013), composto por servidores com conhecimento em áreas que envolvem os diversos eixos da acessibilidade, sendo um representante da AAI/PROEX, dois da PROEN, duas arquitetas e uma servidora – que já havia sido avaliadora de cursos superiores. Entre os objetivos do GT, pode-se citar o desenvolvimento de *checklist* de acessibilidade física, comunicacional e instrumental no IFRS e sua respectiva aplicação realizada em cada um dos *campi* e Reitoria da instituição. Estão sendo realizadas coletas de dados *in loco* nos seguintes eixos da acessibilidade:

- acessibilidade arquitetônica (física): conhecimento e levantamento métrico e fotográfico das áreas físicas dos *campi* e Reitoria, preenchimento de *checklist* e relatórios com informações e observações gerais. Além disso, o GT apresenta os pontos onde há obstáculos para a acessibilidade e aponta caminhos para possíveis soluções ou alternativas para minimizar ao máximo as barreiras arquitetônicas que possam interferir no acesso e permanência de pessoas com deficiência a todos os espaços do IFRS;
- acessibilidade comunicacional: refere-se às formas de comunicação, especialmente por meio digital – acessibilidade virtual do *site* do IFRS (*campi* e Reitoria);
- acessibilidade instrumental: refere-se ao mapeamento dos itens de tecnologia existentes em cada unidade da instituição.

Em relação aos *campi* em implantação, no que tange à acessibilidade arquitetônica, determinou-se que eles devem seguir a norma brasileira de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050) da Associação Brasileira de

Normas Técnicas (ABNT), que apresenta diretrizes de acessibilidade física, evitando posteriores reformas para alcançar os objetivos propostos pelo PPI.

No que se refere à acessibilidade virtual ou comunicacional, os *sites* dos *campi* e Reitoria do IFRS apresentam um bom nível, atendendo às diretrizes internacionais (Web Content Accessibility Guidelines – WCAG) e nacionais (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – eMAG) de acessibilidade, respeitando os preceitos atinentes à acessibilidade, da Lei nº 10.098/2000, sobre a garantia de acesso à informação abordada no Decreto nº 5.296/2004, que trata, em seu Art. 47º, da garantia de acessibilidade nos *sites* e portais da administração pública, e da atual Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146 de 06/07/2015), que reitera a obrigatoriedade de se garantir acessibilidade no meio virtual, incluindo, também, os *sites* das empresas privadas.

O *checklist* de acessibilidade física do IFRS também contempla uma relação dos principais itens de Tecnologia Assistiva (TA) existentes atualmente. No momento de sua aplicação, seja nos *campi* ou na Reitoria, os avaliadores (equipe do GT), em conjunto com o coordenador do NAPNE (no caso dos *campi*), selecionam os itens de TA que compõem o rol de equipamentos, materiais de cada uma das unidades do IFRS.

Assim, com a aplicação desse *checklist*, a instituição terá um mapeamento de tudo o que possui em termos de acessibilidade física, comunicacional e instrumental e o que ainda precisa ser feito, por níveis de prioridade.

4.1.2. GRUPO DE TRABALHO POLÍTICA DE INGRESSO DISCENTE

A cargo deste GT (Portaria nº 265, de 11/03/2014), formado por representantes do Comitê de Ensino, da PROEX, da PROEN e da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI), está a regulamentação da política de ingresso discente no IFRS.

Entre os principais pontos discutidos e propostos pelo GT, destacam-se:

- política de ingresso discente do IFRS e seus princípios;
- processo de ingresso discente;
- formas de ingresso aos cursos do IFRS;
- provas do processo de ingresso próprio (no caso de indígenas);
- utilização do Enem e do SiSU;

- comissão central de processo de ingresso; e
- comissões permanentes de ingresso.

4.1.3. GRUPO DE TRABALHO ACESSIBILIDADE PARA SURDOS

Este GT, criado por meio da Portaria nº 1.000, de 28/07/2015, é composto pelos profissionais de Libras, AAI/PROEX e servidores militantes dessa área. Objetiva discutir, acompanhar, orientar e assessorar a instituição sobre surdos, acessibilidade, Libras e outras questões de ordem pedagógica e política, bem como resolver assuntos pertinentes à área com os demais serviços e setores. Também visa discutir e propor soluções para demandas institucionais referentes à inclusão das pessoas surdas, tendo como base a PAAf do IFRS e legislação vigente sobre a temática.

4.1.4 GRUPO DE TRABALHO NOME SOCIAL

A Resolução nº 12, de 16/01/2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCN/LGBT), estabelece que as “instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, devem garantir o reconhecimento e a adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero”, buscando, com isso, o ingresso, a permanência e o êxito dessas pessoas em suas jornadas escolares. Sabendo-se que a discriminação, o preconceito e a violência (física, verbal e psicológica) são fatores importantes para que sujeitos LGBT desistam de estudar ou de ingressar nas instituições de ensino, o IFRS, através do GT, busca normatizar a prática do uso do nome social dentro de suas dependências. Apesar de esta situação estar garantida por meio da resolução acima, faz-se necessário que se indique o fluxo para que a prática aconteça efetivamente em todos os setores da instituição, e assim não criar constrangimentos desnecessários para estudantes que tenham adequado seus “atributos físicos de nascença à identidade de gênero constituída”.⁸

4.2. CAPACITAÇÕES E SENSIBILIZAÇÕES

O Decreto Presidencial nº 6.755 de 29/01/2009 instituiu a Política Nacional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais

⁸ Usamos a seguinte concepção de gênero: “homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos”. (Senado Federal, 2015)

do Magistério da Educação Básica com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

Em 10/08/2011, o MEC publicou a Portaria Ministerial nº 1.087, que institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica e definiu suas diretrizes gerais, substituída pela Portaria Ministerial nº 1.105 de 08/11/2013, que institui também o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Comfor) nas instituições de educação superior e nas instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica.

O Comfor do IFRS é formado em parceria com a PROEN, PROEX e PROPPI, representante dos cursos de Licenciatura do IFRS e pela Coordenação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), que trabalha em articulação com o Fórum Estadual Permanente de Apoio Docente (Fepad/RS).

Compreendendo que a formação inicial e continuada dos profissionais da educação – docentes e técnico-administrativos – é de suma importância para uma educação de qualidade, o IFRS em diversos momentos busca oferecer essa formação, por meio de capacitações, palestras, *workshops*, encontros e debates, entre outros, e, em muitos momentos, unindo o ensino, a pesquisa e a extensão, analisando os sucessos e os reveses, individuais ou coletivos, e, assim, difundindo o conhecimento que se constrói através deles.

Uma das atribuições da AAI, por meio da PROEX e em articulação com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), é a promoção de eventos e espaços para a capacitação e sensibilização dos servidores e comunidade externa no que tange às temáticas relacionadas às ações afirmativas no âmbito interno e externo ao IFRS. Nesse contexto, são realizados eventos, oficinas, *workshops*, entre outros, que convidam docentes, discentes, servidores, comunidade externa e especificamente membros dos núcleos de ações afirmativas do IFRS a participarem da construção de uma instituição que preza cada dia mais pelo respeito à diversidade em seus espaços. Desde a institucionalização da AAI, em 2012, foram realizados os seguintes eventos:

- **I Workshop Diversidade e Inclusão do IFRS**. Com temas relacionados às ações afirmativas, direitos humanos, políticas de inclusão, pessoas com deficiência, valorização étnico-racial, gênero, combate à discriminação e respeito à diversidade, o evento ocor-

reu em 23 e 24 de junho de 2015, em Bento Gonçalves. Teve como objetivo capacitar e promover discussões relativas à temática da diversidade e inclusão, com a finalidade de consolidar a política de ações afirmativas do IFRS, de forma a aprimorar a educação para todos, tendo como público-alvo os diretores-gerais, diretores de ensino, diretores/coordenadores de extensão, coordenadores/presidentes e membros dos núcleos de ações afirmativas da instituição.

- II Encontro de NAPNEs e NEABIs. Com o objetivo de aprimorar as ações de inclusão e respeito à diversidade no IFRS, servidores reuniram-se em duas atividades de capacitação promovidas pela AAI. Os dois eventos foram realizados no espaço do *campus* Bento Gonçalves, um dos *campi* do IFRS. O Encontro de Capacitação dos NAPNEs – Por um currículo inclusivo – ocorreu em 7 e 8 de agosto de 2014 e se estruturou sobre o tema central. O evento trouxe reflexões sobre as especificidades das pessoas com deficiência, as dificuldades de aprendizagem, as altas habilidades/superdotação e formas de atuação em um currículo que atenda à diversidade dos alunos. Já, o Encontro de Capacitação dos NEABIs – Pela valorização étnico-racial – foi realizado em 11 e 12 de agosto de 2014. O encontro trouxe para o debate a importância da valorização étnico-racial, políticas de ingresso, permanência e êxito dos alunos cotistas, especialmente indígenas e quilombolas.
- I Encontro de Capacitação dos NAPNEs e NEABIs do IFRS. Com o tema Por um IFRS inclusivo, foram realizados em 2012, o I Encontro de Capacitação dos NAPNEs e o I Encontro dos NEABIs. O primeiro teve por objetivo instrumentalizar seus membros quanto às necessidades específicas e atitudes pertinentes perante essas pessoas, adaptação curricular, uso de TA, avaliação, políticas públicas de inclusão, entre outros. Já o segundo visou habilitar os integrantes dos núcleos para as temáticas relacionadas à prática de inclusão e de permanência de alunos negros e indígenas nos cursos regulares da instituição e para atuarem como multiplicadores nos *campi* do instituto.

Além da promoção desses eventos, é preciso salientar que a equipe da AAI também apoia outros eventos ofertados pelos demais setores do IFRS (reitoria e *campi*), seja na forma de participação, palestras, articulação com palestrantes, tradutores e intérpretes de Libras, dentre outros.

4.3. FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA INCLUSIVA

O IFRS, desde 2012, vem desenvolvendo cursos de formação continuada na área de inclusão, acessibilidade e tecnologia assistiva nas modalidades semipresencial (primeira edição) e a distância. Atualmente são três os cursos desenvolvidos pelo IFRS, dentro do Programa da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform). Esses cursos, subsidiados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, são oferecidos gratuitamente a professores das redes públicas municipal e estadual do Brasil. Cada edição contempla em média 75 a 100 alunos e uma carga horária de 180 a 210 horas, distribuídas em um período médio de seis meses de curso. No IFRS, a coordenação geral desses cursos fica a cargo do Comfor. Os três cursos que vêm sendo ministrados pelo IFRS são:

- Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva. O MEC desenvolve a política de educação inclusiva que pressupõe a transformação do ensino regular e da educação especial. Nessa perspectiva, são implementadas as diretrizes e as ações que reorganizam os serviços de atendimento educacional especializado oferecidos aos alunos com deficiência visando à complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular. Com esse objetivo, a Secadi/MEC promove o curso de Aperfeiçoamento de Professores para o Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva, realizado em uma ação conjunta com o IFRS. Essa ação efetiva um amplo projeto de formação continuada de professores por meio do NAPNE do *campus* Bento Gonçalves. O curso, desenvolvido na modalidade a distância, tem como objetivo a formação de professores da rede pública municipal e estadual de ensino para atuarem direta ou indiretamente no atendimento educacional especializado, com enfoque na TA, seguindo os direcionamentos normativos da política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva, junto a alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação inseridos nas escolas regulares brasileiras.
- Gestão do Desenvolvimento Inclusivo da Escola. O curso, que concluiu em 2015 sua segunda edição, é oferecido gratuitamente pelo MEC, por meio da Secadi, e desenvolvido pelo NAPNE do

campus Rio Grande. É um curso de aperfeiçoamento desenvolvido na modalidade a distância com objetivo de qualificar os professores da rede pública municipal e estadual, por meio de educação continuada, para atuarem em sala de aula de uma forma mais inclusiva. Seu enfoque centra-se na gestão da educação inclusiva, estratégias educacionais e didático-pedagógicas adaptadas a algumas das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e educação de jovens e adultos. Aborda também as adaptações curriculares e de avaliações para este público, a política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva, entre outros aspectos legais sobre o tema.

- **O Uso Pedagógico dos Recursos de Tecnologia Assistiva.** O curso, que acabou de finalizar sua terceira edição, vem sendo desenvolvido pelo Projeto de Acessibilidade Virtual do IFRS. Tem como objetivo qualificar os profissionais dos núcleos de tecnologia educacional (NTEs) da rede municipal e estadual de ensino no assessoramento dos professores da educação básica na aplicação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e dos recursos e serviços da TA, na construção de práticas pedagógicas para o atendimento educacional especializado (AEE), com o objetivo de apoiar o processo ensino-aprendizagem dos alunos público-alvo da educação inclusiva. O curso proporciona a interação com conteúdos que auxiliam no conhecimento e reflexão sobre a temática da inclusão escolar, dos produtos, recursos e serviços da TA e das TICs.

De modo a documentar e disseminar o conhecimento construído por todos os sujeitos envolvidos nas ações afirmativas do IFRS, a AAI, por meio de diversas parcerias, produziu as seguintes obras:

- *Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão socio-digital de pessoas com necessidades especiais.* Organizado pelo Projeto de Acessibilidade Virtual do IFRS, aborda assuntos referentes à acessibilidade e tecnologia assistiva, objetivando tornar as etapas do processo inclusivo mais claras aos educadores ou pessoas que desejam saber mais sobre o assunto. O livro é dividido em cinco capítulos, sendo apresentado, no capítulo inicial, a trajetória da inclusão, abordando conceitos, estatísticas da área e alguns referenciais teóricos em educação inclusiva. O capítulo II, identifica as deficiências físico-motoras e sensoriais e grande parte das dificuldades de aprendizagem, conceituando-as

e orientando familiares e professores para uma boa convivência. O capítulo III mostra como tornar acessíveis, de acordo com as especificações técnicas, os espaços escolares, buscando proporcionar independência e inclusão das pessoas com deficiência. Já o capítulo IV trata da utilização e da confecção de TA, que busca possibilitar a realização de atividades cotidianas por pessoas com limitações físico-motoras, cognitivas e/ou sensoriais. Por fim, o capítulo V traz os principais conhecimentos necessários para tornar um *site* acessível a todos os perfis de usuário.⁹

- *Soluções acessíveis: experiências inclusivas no IFRS*. A obra apresenta o trabalho coletivo desenvolvido nos NAPNEs e no Projeto de Acessibilidade Virtual do IFRS, enfatizando, como o próprio título diz, soluções e exemplos de produtos e serviços de TA, além de materiais didático-pedagógicos e espaços físicos e virtuais acessíveis, que podem determinar o sucesso da inclusão escolar e sociodigital de pessoas com deficiência (PcD).¹⁰
- *Ações afirmativas do IFRS*. A obra apresenta histórias de lutas, de desafios e casos de sucesso que os *campi* do IFRS têm enfrentado e conquistado, mesmo antes da aprovação da PAAf. São abordados temas relevantes para reflexões e discussões, desde a apresentação e análise da política de ações afirmativas; educação em direitos humanos; as diversas nuances que os NEABIs enfrentam no dia a dia contra o preconceito e a favor dos direitos dos negros e indígenas; relatos referentes aos novos imigrantes senegaleses e haitianos na Serra Gaúcha; casos de sucessos obtidos nos *campi* e dificuldades enfrentadas nas questões atinentes à educação inclusiva; e, por fim, discussões acerca de gênero e sexualidade.¹¹
- *O uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva*. O livro é fruto da terceira edição do Curso de Aperfeiçoamento O Uso Pedagógico dos Recursos de Tecnologia Assistiva, que faz parte das ações da Renaform, subsidiado pela Secadi/MEC e ministrado pelo IFRS na modalidade a distância. A obra procura apresentar alguns caminhos para que a TA e os materiais pedagógicos acessíveis estejam mais presentes no fazer pedagógico.¹²

⁹ Disponível em: <<http://acessibilidade.bento.ifrs.edu.br/noticia-28.php>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://acessibilidade.bento.ifrs.edu.br/>>.

¹¹ Disponível em: <<http://napne.bento.ifrs.edu.br/livros/>>.

¹² Disponível em: <<http://acessibilidade.bento.ifrs.edu.br/>>.

- *Atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva.* O livro, elaborado por bolsistas e pesquisadores do NAPNE do *campus* Bento Gonçalves do IFRS, oportuniza a leitura de dez artigos produzidos a partir da experiência de ensino e de pesquisa no Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva oferecido pela Secadi/MEC em ação conjunta com o *campus* Bento Gonçalves. Diversos temas são abordados, tais como: educação a distância, sujeitos da educação especial, práticas educacionais em educação especial e inclusão, organização do atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais específicas, tecnologia assistiva e informática acessível.¹³

Importante salientar que essas publicações foram distribuídas gratuitamente aos institutos e universidades federais, instituições parceiras, alunos dos cursos ofertados, como forma de colaborar p disseminação do conhecimento e agente facilitador do processo educacional inclusivo, dando suporte a profissionais da educação que sentem necessidade de conhecimento na área. As obras estão disponíveis no formato digital e podem ser acessadas gratuitamente por quaisquer interessados nos assuntos abordados.

4.4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Em 03/12/2013, o Conselho Superior do IFRS aprovou, por meio da Resolução nº 086, a Política de Assistência Estudantil do IFRS, que é o conjunto de princípios e diretrizes que estabelecem a organização, as competências e o modo de funcionamento dos diferentes órgãos da assistência estudantil para a implantação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes – Decreto nº 7234/2010), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). (IFRS, 2013)

A assistência estudantil do IFRS possui um amplo escopo de atenção, oferecendo condições para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão, incluindo, desde ações de caráter universal, até programas de benefícios, atingindo, desse modo, diferentes públicos dentro da comunidade escolar.

¹³ Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/>>

Em 07/11/2014 foi publicada a Instrução Normativa PROEN nº 007 para o Programa de Benefícios da Assistência Estudantil dos Campuses do IFRS, a qual estabelece critérios para a distribuição dos benefícios da assistência estudantil de forma que o maior número possível de discentes seja contemplado e que esta distribuição seja mais ágil.

Contamos também com o Programa de Bolsa Permanência do Governo Federal, que é destinado aos discentes que se enquadram nos critérios socioeconômicos e que estejam matriculados em cursos cuja duração média diária seja acima de 5 horas além de Indígenas e Quilombolas matriculados em qualquer Curso de Graduação.

Todas estas ações são pensadas de forma a garantir o acesso e colaborar com a permanência e o êxito de nossos discentes.

O IFRS participa também de vários programas, que elencamos em seguida.

- PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) – Concede bolsas a alunos dos cursos de licenciatura que participem de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por IES em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. No IFRS o PIBID está presente em todos os *campi* que ofertam cursos de licenciatura.
- PET (Programa de Educação Tutorial) – É desenvolvido por grupos de estudantes com tutoria de um docente organizados a partir de formações em nível de graduação nas IES, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. No IFRS existem grupos PET nos *campi* Bento Gonçalves, Porto Alegre e Sertão.
- PRODOCÊNCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas) – É uma ação da Capes, cuja finalidade é o fomento à inovação e à elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da educação básica, na perspectiva de valorização da carreira docente. No IFRS existem projetos em todos os *campi* ofertantes de cursos de licenciatura.
- PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) – Responsável por induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que esses profissionais possam obter a formação exigida pela LDB e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no país. É responsável também pela oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia dos *campi* Bento Gonçalves e Porto Alegre.

Em 2014, o IFRS foi contemplado, pelo CNPq, com a cota de Bolsa de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBIC-Af). Tal possibilidade se deu através de um projeto submetido pela Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi), cujo teor se alicerçou no esforço institucional para implementação do programa de ações afirmativas. Entre os argumentos e ações implementadas relatados no referido projeto, destacam-se a normatização e a operacionalização dos processos seletivos de ingresso na instituição, baseadas na Lei nº 12.711, de 29/08/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. No texto da lei, estão previstas as reservas a serem cumpridas na disposição de vagas dos cursos, bem como o prazo para adaptação às novas exigências. Mesmo sendo facultado pela referida lei um aumento gradativo no percentual de cotas, de forma a atingir os 50% em 2015, o IFRS decidiu implementar imediatamente o percentual máximo de cotas em seus processos seletivos. O argumento de que o ingresso no IFRS conta com reserva de 50% das vagas para alunos provenientes de escolas públicas, as quais se subdividem em: cotas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*; cotas étnico-raciais para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (conforme proporção na população do Rio Grande do Sul); e cotas para pessoas com deficiência; certamente contribuiu para a conquista desta primeira bolsa PIBIC-Af.

4.5. DOCUMENTOS DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO QUE REFERENCIAM AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Desde a publicação da PAAf do IFRS, as políticas que a sucederam são estabelecidas de forma a se considerar a articulação transversal das mesmas, tendo em vista seu papel estratégico para que o IFRS cumpra sua missão institucional de promoção da educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, sem perder de vista a formação cidadã para o desenvolvimento sustentável.

Questão chave para essa perspectiva de desenvolvimento é a sustentabilidade que deve ser considerada como uma categoria emergente do campo ambiental, apropriada pela gestão pública em nosso contexto que, por sua vez, se consubstancia em: “(...) um

projeto de emancipação para deixar em liberdade os potenciais da diversidade biológica e cultural. É o desencadeamento de um mundo tecnologicado para deixar falar o calado pela objetificação de um mundo calculado”. (Leff, 2001, p.412) Desse modo, a sustentabilidade a ser perseguida como elemento fundante de uma formação cidadã, como horizonte de possibilidade na educação profissional e tecnológica, considera a diversidade cultural, enraizada no diálogo com a diferença, com a diversidade de matrizes étnicas e práticas sociais desde os povos tradicionais e das culturas populares.

A transversalidade entre a PAAf e demais políticas institucionais do IFRS é um dos componentes fundamentais para a efetividade das ações afirmativas na construção da educação que ofertamos como direito humano a todos e todas, especialmente, aos grupos sociais historicamente marginalizados e aviltados da realização desse direito. Como afirma Lousada, “(...) a possibilidade de êxito das ações afirmativas no IFRS repousa na razão direta da capacidade da instituição em dialogar com os educandos oriundos das escolas públicas, de matriz social popular, com negros, indígenas e sujeitos com necessidades educacionais específicas, enfim, aqueles e aquelas cuja negação da diferença historicamente estabelece a anti-dialogicidade nas práticas educativas e, por consequência, produz “guetização” dos desiguais, marginalização e exclusão social na educação formal; além da monocultura do saber e o empobrecimento das sociabilidades entre educandos e educadores nas comunidades educacionais”. (2015, p.33)

Apesar da herança histórica de práticas meritocráticas na educação profissional, atualmente são desenvolvidas no IFRS ações pedagógicas que não significam a sua superação total, contudo, são uma ruptura processual a favor das aprendizagens dos estudantes, do direito à educação, o que resulta em indicadores positivos à instituição para os processos de inclusão educacional que promove.

A organização didática do IFRS consiste em outro documento que dialoga com a PAAf, por sua relevância no âmbito das ações de ensino na instituição, portanto, dá suporte fundamental à execução da política. Cabe esclarecer que a organização didática (Resolução nº 046, de 08/05/2015) dispõe sobre as normas e procedimentos acadêmicos dos cursos do IFRS, em seus diferentes níveis, formas e modalidades, de acordo com o previsto no Estatuto e Regimento Geral do IFRS, nos dispositivos da legislação educacional vigente e demais ordenamentos institucionais, entre eles, a PAAf.

Todos os projetos de curso do IFRS, no âmbito do ensino técnico de nível médio e da graduação, vêm-se adequando paulatinamente à legislação em vigor no que tange à educação das relações étnico-raciais, da educação em direitos humanos e da história da África, tendo em vista contribuir com uma formação técnico-profissional que contemple uma formação cidadã, em sintonia com seu projeto pedagógico institucional, em diálogo permanente com a construção de uma sociedade justa, orientada para a superação de preconceitos, a efetivação de direitos historicamente negados às classes populares, e que venha a consolidar outras políticas públicas de igualdade racial e de inclusão social. A instrução normativa da Pró-reitoria de Ensino, que orienta a elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), IN PROEN nº 004, de 22/07/2015, estabelece que na estrutura, como na concepção pedagógica, seja observada a legislação em vigor, enfatizando também o atendimento às seguintes diretrizes:

1. Resolução nº 1, de 30/05/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; e
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme Lei nº 9.394/96, com redação dada pelas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004; e a Lei nº 12.764, de 27/12/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Outro documento, de caráter de inovação pedagógica do IFRS, que deve ser citado aqui, consiste no Programa Institucional de Bolsas de Ensino (PIBEN – Resolução CONSUP nº 022, de 03/03/2015). O PIBEN tem por finalidade apoiar as ações de ensino, caracterizadas como programas ou projetos fomentados por orçamento institucional ou externo, por meio da concessão de bolsas aos discentes dos cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRS. Nesse sentido, em consonância com a PAAf do IFRS, o PIBEN, entre os seus objetivos, visa incentivar projetos de ensino vinculados à educação ambiental, direitos humanos e às ações afirmativas no IFRS, ou outras ações de ordem inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19/12/2000. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- _____. Decreto nº 5.296, de 2/12/2004. Regulamenta as leis nº 10.048, de 8/11/2000, e nº 10.098, de 19/12/2000, que estabelecem Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- _____. Lei nº 12.711, de 29/08/2012. Dispõe sobre o Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2015.
- _____. Lei nº 13.146, de 06/07/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- _____. Resolução nº 12, de 16/01/2015. Estabelece Parâmetros para a Garantia das Condições de Acesso e Permanência de Pessoas Travestis e Transexuais – e todas aquelas que tenham sua Identidade de Gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos Sistemas e Instituições de Ensino, Formulando Orientações quanto ao Reconhecimento Institucional da Identidade de Gênero e sua Operacionalização. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- IFRS. Resolução nº 086, de 03/12/2013. Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil do IFRS. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- _____. Resolução do CONSUP nº 046, de 08/05/2015. Dispõe sobre Organização Didática. do IFRS. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- _____. Resolução CONSUP nº 022, de 03/03/2015. Dispõe sobre Programa Institucional de Bolsas do IFRS. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/>>. Acesso em: set. 2015.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUSADA, Vinícius Lima. A política de ações afirmativas do IFRS: a caminho da escola justa? In: SONZA, Andréa P.; SALTON, Bruna P.; e STRAPAZZON, Jair Adriano. (Orgs.) *Ações afirmativas do IFRS*. Porto Alegre: CORAG, 2015, p. 18 a 35

SENADO FEDERAL. Manual de Comunicação da Secom. *Linguagem Inclusiva*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/>>. Acesso em: set. 2015.

5. PROJETO DE ACESSIBILIDADE VIRTUAL

Anderson Dall Agnol¹

Andréa Poletto Souza²

Bruna Poletto Salton³

Erik Schuler⁴

Jair Adriano Strapazzon⁵

5.1. PROJETO DE ACESSIBILIDADE VIRTUAL

Pensar o conceito de acessibilidade no contexto do meio digital implica na quebra de barreiras de acesso e interação com o computador e a *web*. A acessibilidade virtual pressupõe que os *sites* e sistemas sejam projetados de forma a garantir que todas as pessoas possam acessar, compreender e interagir com seu conteúdo.

A Lei nº 10.098/2000 trata da obrigatoriedade de acessibilidade física e virtual para pessoas com deficiência. O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a lei acima nominada, em seu Artigo 47º, estabelece prazo de um ano, a contar de sua publicação, para que os *sites* e portais da administração pública estejam acessíveis para pessoas com deficiência. Recentemente, em julho de 2015, foi

¹ Assistente em Administração do PROEX/IFRS. Pós-graduando em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio de Sá/Campus FARGS.

² Professora e Assessora de Ações Inclusivas do PROEX/IFRS. Doutora em Informática na Educação pela UFRGS.

³ Técnica em Assuntos Educacionais do PROEX/IFRS. Especialista em Informática na Educação pela PUC-RS.

⁴ Professor e Diretor de Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento do PROPPI/IFRS. Doutor em Engenharia Elétrica pela UFRGS.

⁵ Técnico em Assuntos Educacionais do PROEN/IFC. Licenciado em Química e Especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade pela FURG.

sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que estabelece, em seu Artigo 63º:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

Assim, é imprescindível que os sites e sistemas das instituições estejam acessíveis e mantenham essa acessibilidade ao longo dos anos. Nesse contexto, o IFRS foi pioneiro, quando, ainda em 2006, começou a fazer parte de um grande projeto colaborativo da Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Setec/MEC), que reunia pesquisadores e alunos bolsistas da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT). No IFRS, foi criado o Projeto de Acessibilidade Virtual (PAV), que tinha como objetivo garantir um bom nível de acessibilidade aos artefatos digitais gerados no âmbito desse projeto maior da SETEC.

Desde então, o IFRS vem-se tornando referência em acessibilidade virtual no país. Em 2009 foi estabelecido um convênio com o Ministério do Planejamento (MPOG), em vigor até hoje. Entre as ações já realizadas e em andamento, estão: a criação das versões 3.0 a 3.1 do eMAG,⁶ documento que contém as recomendações de acessibilidade na *web* a serem seguidas por todos os *sites* e sistemas do governo brasileiro; atualizações no Avaliador e Simulador Automático de Acessibilidade de Sites (ASES); produção de tecnologia assistiva (TA) de baixo custo para os telecentros brasileiros; produção de materiais didático-pedagógicos para a realização de cursos de acessibilidade, cursos *online* sobre acessibilidade; entre outros.

Em 2012, o IFRS foi um dos núcleos escolhidos para compor o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNR-TA)⁷ do Centro de Tecnologia da Informação (CTI) Renato Archer – ação promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Esse núcleo é formado pelos *campi*: Bento Gonçalves, Farroupilha, Porto Alegre e Restinga.

⁶ Disponível em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br>>.

⁷ Disponível em: <<http://www.cti.gov.br/cnrta-nucleos>>.

Em 2013, o PAV foi institucionalizado no IFRS, por meio da Portaria nº 221, de 06/02/2013. Atualmente, está vinculado à AAI/PROEX e conta com três servidores trabalhando exclusivamente nas ações do projeto, além de outros servidores colaboradores e bolsistas alunos.

As ações executadas no contexto do PAV dividem-se em dois grandes eixos:

1. acessibilidade virtual: criação de *sites*, portais, objetos de aprendizagem, sistemas *web*, materiais digitais acessíveis/adaptados, avaliações de acessibilidade, bem como metodologias para a implementação de soluções acessíveis para pessoas com deficiência, além de capacitações e assessoria sobre acessibilidade virtual;
2. tecnologia assistiva: de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (nº13.146/2015).

A TA ou ajuda técnica refere-se a:

(...) produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2015)

O PAV, desde sua criação, vem atuando na produção, uso e capacitação para utilização de TA de baixo custo, tanto para a comunidade interna do IFRS como para outras instituições de ensino brasileiras e parceiros.

Parte das ações realizadas no PAV é voltada para garantir um bom nível de acessibilidade virtual dentro da própria instituição, pensando nos servidores, alunos e colaboradores com deficiência. Nesse sentido, o PAV presta assessoria aos diversos setores da Reitoria e dos *campi*, realizando testes de acessibilidade em *sites*, sistemas, documentos digitais, formulários, informativos, publicações em geral, entre outros, e orientando sobre melhores práticas para que esses produtos tenham um bom nível de acessibilidade. Ocasionalmente, são promovidas capacitações sobre acessibilidade virtual, organizadas para atender as demandas de diferentes públicos da Instituição.

Nas ações em parceria com ministérios e outros órgãos, são desenvolvidas soluções acessíveis, como sistemas, documentação ou

recursos de TA, além de serem promovidas palestras, capacitações e oficinas. A produção de recursos de TA a baixo custo garante que mais pessoas tenham acesso a esses produtos tão importantes na garantia de uma vida mais independente e autônoma a pessoas com deficiência. O PAV já desenvolve uma grande variedade de recursos de TA, como acionadores, *mouses* e teclados adaptados, linha Braille, ponteira de bengala que identifica poças d'água, entre outros. Na sequência, são apresentados alguns dos produtos de TA desenvolvidos pelo PAV.

- Acionador de *click* com cds. O acionador de clique é um dispositivo indicado para pessoas que, por razões diversas, tenham movimentos limitados, que as impeçam de utilizar o *mouse* convencional. O dispositivo é adaptado ao *mouse*, adquirindo a função do clique, podendo ser disposto de maneira a aproveitar o movimento voluntário do usuário, sendo de uma das mãos, de um dos pés, cabeça, entre outros. Existem atualmente diversos modelos comercializados no mercado em diferentes formatos e para diferentes perfis de usuário. Os principais diferenciais desse acionador são o custo e a resistência.
- Acionador de *click* com bola. O dispositivo é adaptado ao *mouse*, adquirindo a função do clique, podendo ser disposto de maneira a aproveitar o movimento voluntário do usuário, especialmente nos membros inferiores. Ele fica suspenso fixado em uma mesa. Pode ser utilizado como reforço em atividades para o desenvolvimento motor por meio de jogos no computador.
- Acionador de *click* com bola pequena. O dispositivo é adaptado ao *mouse*, adquirindo a função do clique. Esse artefato também permite a realização de exercícios de fortalecimento e destreza das mãos. Existem atualmente diversos modelos comercializados no mercado em diferentes formatos e para diferentes perfis de usuário. Os principais diferenciais desse acionador são o custo e a resistência.
- Acionador capacitivo. O dispositivo pode ser conectado a superfícies que sejam eletricamente condutoras e essas assumem a função do acionador.
- Acionador de tração. É um dispositivo de cordão com dedal que apresenta um barbante ligado, de um lado, à interface; e, do outro, a uma ponteira com velcro para encaixe do dedo polegar.

- Acionador de sopro. Dispositivo indicado para pessoas que, por razões diversas, tenham movimentos bastante limitados, que as impeçam de utilizar o *mouse* convencional ou algum dispositivo que possa ser acionado pelos membros superiores ou inferiores. Um pequeno sopro aciona uma função do *mouse*.
- Mouse de botão (V2). Dispositivo que oferece os recursos do *mouse* tradicional, porém com botões de pressão para cada uma das coordenadas e cliques. Este produto pode ser utilizado diretamente pelos seus botões ou por meio de acionadores que podem ser adaptados no painel traseiro. Por meio dos acionadores, o equipamento pode ser utilizado com os membros inferiores ou superiores por pessoas com limitações físico-motoras.
- Mouse de botão (V3). Possui quatro botões utilizados para movimentar o cursor na área de trabalho: para *click* esquerdo, para *click* direito, para *click* preso (utilizado para efetuar seleção ou movimentação de objetos) e para segunda função. Quando habilitamos o botão “função”, o dispositivo modifica as funções de alguns, tais como; os botões que movem o cursor para cima e para baixo passam a exercer a função do *scroll* do *mouse* tradicional; os botões utilizados para movimentar o cursor para esquerda e direita passam a exercer a função de ajuste de velocidade de deslocamento na tela. O *status* da velocidade corrente é mostrado por meio de uma escala de *leds* indicadores que se encontram em sua face; o botão utilizado para *click* preso passa a exercer a função de duplo-*click*. O *mouse* de botão V3 possui ainda uma saída P2 (destinada a acionadores) para cada uma das funções. Dessa forma, o usuário poderá utilizá-lo por meio de acionadores. Sua comunicação com o computador é feita por meio da porta USB e não se faz necessária a instalação de quaisquer *softwares* para sua utilização.
- Mouse de botão (V3.25). Possui os mesmos recursos da versão 3 e modo de velocidade progressivo no qual o deslocamento inicia lento e aumenta gradativamente, à medida que o botão de deslocamento é mantido pressionado. Também apresenta a função notas musicais sendo possível a reprodução das sete notas musicais primárias, botão clique duplo (utilizado para abertura de pastas execução de arquivos, e outras funcionalidades), saída de áudio podendo ser adaptado a um sistema de som e ou utilizado com fone de ouvido. Todas as configurações realizadas no dispositivo serão mantidas, mesmo se o dispositivo for conectado

a outro computador, proporcionando mais praticidade e mobilidade. O equipamento conta ainda com a função *reset*, que restaura o dispositivo para o modo padrão. Sua comunicação com o computador é realizada por meio da porta USB, não sendo necessária a instalação de quaisquer softwares para sua utilização.

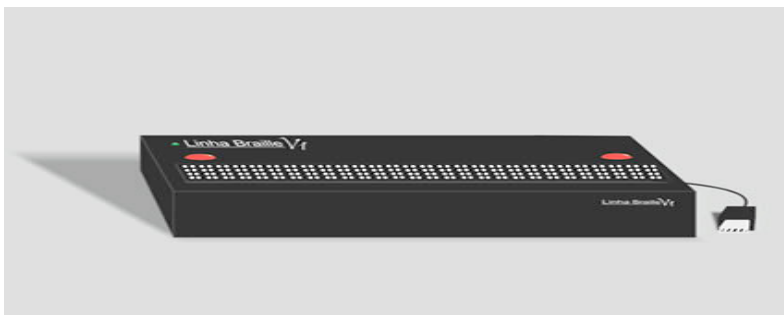
- Máscara para teclado (colmeia). Consiste em um acessório a ser acoplado em um teclado de computador, com a finalidade de auxiliar usuários com limitações físico-motoras. A colmeia impede que mais de uma tecla seja pressionada ao mesmo tempo ou que uma tecla seja pressionada indevidamente. Evita que o usuário esbarre em teclas que não deseja pressionar.
- Linha Braille. Este dispositivo tem como objetivo atender às pessoas surdo-cegas. O equipamento trabalha junto ao leitor de telas, que, por sua vez, envia a leitura realizada para o dispositivo. A linha Braille V1 efetua transformação dos dados recebidos em Braille, que é moldado por meio de pinos que sobem e descem à medida que a leitura é realizada. Uma vez efetuada a leitura, o usuário pode passar para o próximo foco ou retornar ao foco anterior por meio de dois botões localizados em sua face. O equipamento não faz uso de qualquer *software* proprietário ou instalação de *drivers* adicionais para sua utilização.
- Termomodeladora de baixo custo. Equipamento que possibilita a confecção de materiais de estudos táteis a partir de matrizes montadas com o relevo e imagens desejadas. Essa estrutura é uma alternativa de baixo custo e funcional quando não é possível a aquisição de equipamento industrializado para esse fim. O dispositivo consiste de uma caixa perfurada para a criação de vácuo (feito pelo aspirador). A lâmina é aquecida pelo soprador térmico (uma espécie de secador de cabelo com aquecimento maior). A caixa cria um vácuo quando a película é aquecida, forma-se o relevo com a imagem colocada entre a caixa perfurada e a película – e fica moldado com o que estiver entre a lâmina e a caixa. Essa termomodeladora permite realizar a produção de lâminas em tamanho A4, mas o tamanho do dispositivo pode ser ampliado.
- Ponteira de bengala que identifica poças de água. A ponteira que identifica poças de água é um acessório que substitui a ponteira original existente nas bengalas utilizadas por muitas pessoas que possuem algum tipo de deficiência visual. Ela tem a finalidade de evitar que essas pessoas molhem seus calçados e/ou pés

em lugares que acumulam água. O dispositivo informa o usuário da presença das poças por meio de vibrações do conjunto (bengala e ponteira).

- Aplicativo de transmissão de áudio. Aplicativo baseado em *bluetooth* para auxiliar pessoas com deficiência auditiva, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDA/H) ou déficit de processamento auditivo em sala de aula. Tem por objetivo utilizar a conexão *bluetooth* para enviar dados de áudio de um dispositivo servidor (celular do professor) para os usuários conectados (alunos). O aluno, por meio do dispositivo *bluetooth*, poderá receber as informações transmitidas por um professor em sala de aula, por exemplo. Assim, tanto a transmissão como a recepção pode ser realizada pelo celular. Dessa forma, o aluno poderá ouvir o professor com maior clareza, diminuindo o efeito negativo que os ruídos presentes no ambiente exercem sobre a informação transmitida. O projeto está em fase inicial de desenvolvimento.
- Acionamento de dispositivos por acionadores (minicentral de automação). Este sistema permite o acionamento de dispositivos eletroeletrônicos por meio de um acionador (de toque, de sopro, de pressão etc.). O controle é feito conforme o número de acionamentos que são efetuados. Por exemplo: um toque no botão de pressão liga ou desliga o dispositivo conectado na saída de número um; dois toques fazem o mesmo controle para a saída de número dois, e assim sucessivamente.
- Jogo “As Aventuras de Joca Valente”. Trata-se de um protótipo de ambiente de reabilitação espacial e sensorial para pessoas com deficiência visual, para demonstrar que é possível criar jogos acessíveis para cegos. Para tal, foram aplicados conceitos de imersão em ambientes virtuais, através da utilização de som 3D, e técnicas para prover o controle total do usuário sobre a interface e, como meio facilitador da interação com o simulador, o teclado é utilizado como principal controle de entrada de dados, aliado à narração dos elementos visuais dispostos na interface.

Além dos itens de TA citados, o PAV também vem desenvolvendo projetos com financiamento externo, quais sejam:

FIGURA 1
PROTÓTIPO DA LINHA BRAILLE



Fonte: PAV/IFRS.

FIGURA 2
ALGUNS MODELOS DE ACIONADORES
(CD, BOLA PEQUENA E TRAÇÃO COM DEDAL)



Fonte: PAV/IFRS.

FIGURA 3
MOUSES DE BOTÃO



Fonte: PAV/IFRS.

- Cão-guia eletrônico – RexTronic.⁸ Sistema para locomoção autônoma de pessoas com deficiência visual, passível de utilização em qualquer tipo de terreno dada sua estrutura de rodas e carenagem com auto propulsão, sistema de freio regenerativo, interface USB e *bluetooth* e localização por GPS. Valor total do projeto: R\$ 314.089,00.
- Cadeira terapêutica multipostural motorizada.⁹ Cadeira de rodas multipostural motorizada com sistemas de sensoriamento e fisioterapia passiva. Valor total do projeto: R\$ 1.880.121,04.

Em 2014, o PAV distribuiu *kits* com recursos de TA de acesso ao computador aos institutos federais do Brasil. Os dispositivos foram entregues aos reitores dos Institutos Federais e Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) na ocasião da Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Tecnológica (REDITEC) 2014. Cada *kit* continha: um teclado com colmeia, um acionador capacitivo, um *mouse* de botão, nove acionadores de tecla e uma minicentral de automação.

⁸ Projeto em desenvolvimento contemplado pela chamada CNPq-SETEC/MEC nº 17/2014.

⁹ Projeto em desenvolvimento contemplado na chamada pública Tecnologia Assistiva nº 1/2013 da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

FIGURA 4
REITORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS E CEFETS DO BRASIL¹⁰



Fonte: PAV/IFRS.

Na sequência, são apresentadas as imagens de cada um dos itens de TA que fez parte do *kit* entregue aos reitores.

FIGURA 5
TECLADO COM COLMEIA



Fonte: PAV/IFRS.

¹⁰ Com o *kit* de TA entregue pela Reitora do IFRS Cláudia Schiedeck Soares de Souza.

FIGURA 6
ACIONADOR CAPACITIVO



Fonte: PAV/IFRS.

FIGURA 7
MOUSE DE BOTÃO



Fonte: PAV/IFRS.

FIGURA 8
ACIONADORES DE TECLA



Fonte: PAV/IFRS.

FIGURA 9
MINICENTRAL DE AUTOMAÇÃO



Fonte: PAV/IFRS.

O PAV é hoje um centro de referência em acessibilidade virtual e tecnologia assistiva, recebendo visitas constantes de outras instituições de ensino, empresas, pesquisadores e interessados nesses temas. Em 2014, o PAV recebeu o primeiro lugar no Prêmio Nacional de Acessibilidade na *web*, na categoria pessoas/instituições, e teve dois de seus projetos premiados: os cursos *online* de acessibilidade na *web* – cursos eMAG¹¹ e o Gerenciador de Conteúdos Acessível CMS Suindara.¹²

FIGURA 10
SEÇÃO DO CURSO EMAG PARA DESENVOLVEDORES

The screenshot shows the interface of the eMAG course. At the top, there are navigation links: "Ir para conteúdo [1] | Ir para menu [2] | Alto contraste [4] | Acessibilidade [5]". Below this is the "gov.br eMAG" logo and the course title "Curso eMAG / Desenvolvedor". A breadcrumb trail indicates the current location: "Você está em: Página Inicial | Introdução | Acessibilidade na Web | Definição".

The main content area is titled "Acessibilidade na Web" and includes a "Definição" section. The text in the definition reads: "Vamos pensar: será que todas as pessoas têm acesso total e facilitado aos sites, portais e outros recursos da Web? Ao pensar em acessibilidade, é comum associar o termo à eliminação de barreiras arquitetônicas. No entanto, o conceito de acessibilidade tem se expandido para outras áreas relacionadas à promoção de qualidade de vida para todas as pessoas. Acessibilidade refere-se, também, a garantir que todas as pessoas tenham acesso à informação e à comunicação."

Below the text are two illustrations: "Mundo Físico" showing a person in a wheelchair on a ramp, and "Mundo Virtual" showing a person at a computer with a speech bubble and a grid of icons.

Fonte: PAV/IFRS.

¹¹ Disponíveis em: <<http://emag.governoeletronico.gov.br/curso>>.

¹² Disponível em: <<https://github.com/govbr/suindara.govbr>>.

FIGURA 11
PÁGINA INICIAL DO CMS SUINDARA



Fonte: PAV/IFRS.

No site do PAV¹³ é possível conhecer mais sobre o projeto e as ações em desenvolvimento. Nele também estão disponibilizados manuais e publicações sobre acessibilidade virtual, tecnologia assistiva e educação inclusiva. O *site* foi desenvolvido de acordo com as recomendações nacionais e internacionais de acessibilidade na *web* e passou por avaliações automáticas e manuais de acessibilidade, inclusive sendo testado por usuários com deficiência. O código do *site* está disponível para *download*, para que qualquer pessoa possa utilizá-lo como base para desenvolver um *site* com excelente nível de acessibilidade.

5.2. PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA ASSISTIVA

De acordo com o último Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado em 2011 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de um bilhão de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, sendo que aproximadamente duzentos milhões delas apresentam deficiências significativas, que comprometem de alguma forma suas habilidades.

Os mais variados tipos de limitações podem ser resumidos, conforme descrito no relatório, pela seguinte colocação:

¹³ Disponível em <<http://acesibilidade.bento.ifrs.edu.br>>.

FIGURA 12
SITE DO PROJETO DE ACESSIBILIDADE VIRTUAL DO IFRS



Fonte: PAV/IFRS.

A deficiência afeta seja a criança recém-nascida com uma condição congênita tal como paralisia cerebral, seja o jovem soldado que perde sua perna ao pisar numa mina terrestre, a mulher de meia idade que sofre de artrite severa, ou o idoso que sofre de demência, entre muitas outras pessoas. Os problemas de saúde podem ser visíveis ou invisíveis; temporários ou de longo prazo; estáticos, episódicos, ou em degeneração; dolorosos ou inconsequentes. (OMS, 2011)

Muitas das limitações impostas pelas deficiências podem ser superadas em maior ou menor grau pelo uso de itens de TA. Também, de acordo com o relatório da OMS, um dispositivo de TA pode ser visto como:

“(...) qualquer item, parte de equipamento, ou produto, adquirido no comércio ou adaptado ou modificado, usado para aumentar, manter ou melhorar a capacidade funcional de pessoas com deficiência”. (OMS, 2011)

Em uma matemática simples, apenas com fins ilustrativos, distribuindo-se uniformemente o número possível de deficiências que porventura tornem necessário o uso de alguma tecnologia assistiva – deficiência visual (cegueira e baixa visão), motora (monoplegia, hemiplegia, paraplegia, tetraplegia e amputação), intelectual (profunda, severa, moderada e leve) ou auditiva (condutiva, sensorio-neural, mista e central) – pelo número de pessoas que apresentam

deficiências significativas, ter-se-ia algo em torno de 13,3 milhões de indivíduos por tipo de deficiência.

Por outro lado, restam 6,8 bilhões de pessoas que não apresentam limitações e, conseqüentemente, não necessitam adquirir tecnologias que facilitem seu dia a dia. Ainda, se levarmos em conta o poder aquisitivo de ambos os grupos (com ou sem deficiência), conclui-se facilmente que o uso de uma determinada tecnologia assistiva tem como principal fator limitante seu valor de compra, justamente em função de regras de capital do tipo oferta e demanda.

Tomemos como exemplo um *smartphone*, cuja tecnologia embarcada conta com itens como *bluetooth*, *touch screen*, câmera de vídeo de alta definição, acelerômetro, giroscópio, GPS, *wi-fi*, etc.. Atualmente, compra-se um equipamento desses por um custo em torno de R\$ 500,00. No mesmo raciocínio, analisando uma linha Braille, para uso por pessoas surdo-cegas, cujo custo de aquisição gira em torno de R\$ 15.000,00, pode-se dizer que esse equipamento nada mais é do que uma sequência de células piezelétricas controladas por um microcontrolador, cujo custo unitário é de menos de R\$ 10,00. Ao comparar as tecnologias envolvidas em ambos os sistemas, vê-se claramente que, em função da demanda e apesar da tecnologia de ponta envolvida, o *smart phone* apresenta um custo bastante inferior ao da linha Braille.

Seguindo o raciocínio, pode-se comparar agora um automóvel popular, com custo médio (no Brasil) de R\$ 15.000,00. A tecnologia envolvida nas centenas de sistemas existentes em um veículo desses é bastante superior e mais complexa àquela envolvida em uma prótese de perna microcontrolada, que, para ser adquirida no Brasil, exige um desembolso de mais ou menos R\$ 180.000,00 por perna.

Salvo se a limitação apresentada não exigir o uso de TA ou se o usuário incluir-se no grupo com condições financeiras para aquisição desse item, o uso desses equipamentos torna-se limitado a poucos. Àqueles cuja limitação exige um suporte de TA e não possuem condição de adquiri-la, resta recorrer a amigos, familiares, voluntários e, não raro, ao próprio governo em suas diferentes esferas.

É especificamente nesse aspecto que a pesquisa e inovação surgem como possíveis aliados, atuando no desenvolvimento de TA de baixo custo. Enquanto milhões de reais são investidos anualmente em universidades, institutos federais e centros de pesquisa para o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas nas diferentes áreas de conhecimento, uma pequena parcela desse investimento é direcionada à criação de soluções em TA.

Conforme já apresentado, o IFRS através do PAV vem desenvolvendo desde 2006 produtos voltados à melhoria da acessibilidade, com foco específico no baixo custo de fabricação das tecnologias criadas. São mais de trinta soluções, todas com manuais explicativos para fabricação e uso, devendo cada item manter a mesma funcionalidade dos produtos comerciais, atendendo às normas exigidas.

Além dos itens já descritos, como *mouses* de botão, colmeia para teclado, linha Braille, etc., outros vários encontram-se em fase de desenvolvimento; alguns em parceria com empresas do setor médico-hospitalar, outros financiados diretamente por órgãos governamentais de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento como CNPq e FINEP. Além desses, também financia algumas das pesquisas o próprio IFRS, por meio de editais de pesquisa e inovação realizados anualmente pela PROPPI.

Os esforços para manutenção da pesquisa e desenvolvimento de TA no PAV são retomados anualmente, pois a maioria dos projetos de fomento tem essa duração. Não raro, trabalhos voluntários são realizados e, portanto, é notório que os investimentos (tanto governamentais, privados quanto em parcerias) nessa área devem ser mantidos e aumentados.¹⁴

¹⁴ Para mais informações sobre as tecnologias desenvolvidas e fabricadas no PAV do IFRS, os manuais de fabricação e utilização estão disponíveis em: <<http://acessibilidade.bento.ifrs.edu.br>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19/12/2000. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- _____. Decreto nº 5.296, de 02/12/2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8/11/2000, e nº 10.098, de 19/12/2000, que Estabelecem Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- _____. Lei nº 13.146, de 06/07/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.
- OMS. Relatório Mundial sobre a Deficiência, 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2015.

6. RELATOS DO PÚBLICO ATENDIDO PELA PAAF

Anderson Dall Agnol¹

Andréa Poletto Sonza²

Bruna Poletto Salton³

Clarice Monteiro Escott⁴

Jair Adriano Strapazzon⁵

Josiane Roberta Krebs⁶

Como mencionado na Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007), uma instituição inclusiva é aquela que acredita em “nada para nós sem nós”. A partir desse pressuposto, o presente capítulo tem como objetivo principal apresentar um conjunto de relatos que contam um pouco mais da história de vida de algumas pessoas, contempladas pela política de ações afirmativas do IFRS, sejam elas alunos, bolsistas, estagiários, servidores ou colaboradores.

Não seria possível relatar políticas de inclusão sem dar “voz” aos excluídos, que, por seu próprio esforço, de suas famílias e das

¹ Assistente em Administração do PROEX/IFRS. Pós-graduando em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio de Sá/Campus FARGS.

² Professora e Assessora de Ações Inclusivas do PROEX/IFRS. Doutora em Informática na Educação pela UFRGS.

³ Técnica em Assuntos Educacionais do PROEX/IFRS. Especialista em Informática na Educação pela PUC-RS.

⁴ Professora e Pró-reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFRS. Doutora em Educação pela UFRGS.

⁵ Técnico em Assuntos Educacionais da PROEN/IFC. Licenciado em Química e Especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade pela FURG.

⁶ Assistente em Administração e Diretora PROEX/IFRS. Graduada em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e Mestranda em Gestão Educacional pela UNISINOS/RS.

possibilidades que essa política criou, conseguiram, ou estão conseguindo, ultrapassar os limites que lhes foram impostos. Limites esses que, muitas vezes, apresentam-se disfarçados em forma de preconceitos, de falta de conhecimento ou por desconfiança da capacidade das pessoas, seja por apresentarem alguma limitação, seja diferirem do padrão de normalidade imposto pela sociedade.

A partir desses relatos, espera-se mostrar que “vencer”, alcançar o que se quer, por vezes, não depende somente da vontade própria, mas depende também de ações e políticas que possam dar vez a esses sujeitos. Para isso, há de se construir uma instituição justa, que conhece, valoriza, respeita, incorpora e escuta a diversidade que dela faz parte, de modo a contribuir para a transformação da sociedade.

VOZES DA INCLUSÃO⁷

Serão apresentados relatos das vivências de alunos, servidores, bolsistas, estagiários e colaboradores do IFRS que, de alguma forma, foram beneficiados direta ou indiretamente com a PAAF da instituição, a qual serviu de instrumento de transformação ao longo do seu processo de inclusão social.

Os relatos foram estruturados de modo a demonstrar como ocorreu o processo de inclusão desses sujeitos, contemplando itens tais como: breve histórico da vida; o processo de ingresso e inclusão no IFRS; as percepções sobre essa experiência dentro da instituição, abrangendo as dificuldades encontradas, as possibilidades e experiências exitosas, como também as perspectivas futuras a partir desse processo. Ressalta-se que não haverá nenhum tipo de análise das falas dessas pessoas que, gentilmente, contaram um pouco de suas vidas relacionadas ao IFRS.

Os relatos descritos foram colhidos por meio de um roteiro para a elaboração de uma entrevista semiestruturada com perguntas básicas acerca do processo de inclusão social dos relatantes no IFRS. A identidade dos colaboradores será mantida em sigilo.

⁷ Nas transcrições, não houve alterações. Os relatos são apresentados integralmente conforme depoimento dos sujeitos entrevistados.

RELATO 1 INCLUSÃO DE SERVIDOR INDÍGENA

Experiência relatada por um servidor indígena da instituição, de 45 anos de idade, que apresenta como formação Mestrado em Educação Ambiental. Sobre seu histórico pessoal, destaca-se:

Nasci e me criei na Tribo Indígena Cacique Doble/RS, sou indígena da Tribo Kaingang, estudei na escola existente na comunidade indígena da 1ª série a 4ª série, quando era dado ênfase às práticas culturais de maneira geral, ler, falar e escrever no idioma Kaingang; também a inclusão do idioma português, para diminuir dificuldades futuras nos estudos fora da T.I. Concluí os estudos do 1º grau na cidade de Cacique Doble/RS.

Segue relatando como ocorreu seu processo de inclusão no IFRS – campus Sertão – quando ainda era da Escola Agrotécnica de Sertão (EAFS):

Na década de 80 havia um convênio EAFS⁸ x FUNAI⁹, quando então um grupo de 6 a 8 indígenas do estado do RS se formaram técnicos em agropecuária, retornando para suas terras de origens com a possibilidade de auxiliar na agricultura de subsistência. Na época, tudo na EAFS era novidade e bom, pois dadas condições de acesso, permanência e êxito. Já tenho falado que a educação era uma das principais ferramentas para a libertação, como eu havia passado dificuldades na vida, e ali estava a possibilidade de adquirir conhecimento e sucesso, era necessário da minha parte coragem e sacrifício. As expectativas eram as melhores, havia na época a teoria e prática em turno inverso, possibilitando a aprendizagem.

A partir de sua chegada no IFRS, o servidor aponta percepções em relação ao seu processo de inclusão:

O que deve ser levado em conta é que não basta que criem oportunidades de acesso dos negros e indígenas à formação, mas é preciso preservar alguns valores, crenças, costumes e

⁸ Escola Agrotécnica Federal de Sertão (antigo nome dado ao campus Sertão do IFRS).

⁹ Fundação Nacional do Índio.

práticas as quais são extremamente importantes na manutenção das suas estruturas de organização.

Atualmente como servidor indígena do IFRS, apresenta sua percepção acerca de seu processo de inclusão na instituição:

É um privilégio de poucos, o qual consegui através do concurso em 1994 e nomeado em 01/02/1995 técnico administrativo, na função de vigilante. É mostrar que o estudo e o sacrifício valeu a pena, que o indígena também é capaz de ser aprovado em concursos quando lhe for oferecido ingresso e permanência e êxito, condições de igualdade na educação. É estar diariamente lutando por oportunidade de parceria, convivência, projetos, visitas às terras indígenas com diretores, professores e alunos para mostrar a realidade de meu povo.

Atuando diariamente no *campus*, relata algumas oportunidades que obteve e menciona algumas indagações que fez/faz aos alunos, colegas servidores e comunidade externa durante o desempenho de suas funções:

É eu conversar com alunos em sala de aula, palestras e oportunidades de falar desde que ingressei na EAFS, tentar convencer da necessidade de oportunizar o acesso das minorias. O questionamento que eu fazia e faço para os alunos: Quantos alunos indígenas e negros há na sala de aula junto com vocês? Sempre, nenhum. Quantos servidores técnicos administrativos e professores indígenas e negros há no campus?

Por fim, o servidor destaca a importância das ações afirmativas como um instrumento que garante o ingresso e diminui as desigualdades. Embora essas políticas estejam surtindo resultados, o servidor enfatiza as dificuldades encontradas para reunir documentos no momento da matrícula de alunos e posse dos servidores:

O que está dando certo atualmente é a possibilidade do ingresso através das ações afirmativas, mas que ainda há necessidade de menos burocracia quando se relaciona as questões de documentos pessoais, pois é um problema encontrado dentro das terras indígenas, lógico, não esquecendo das condições de bolsas de estudos e de monitoria.

O servidor indígena encerra seu relato apresentando algumas sugestões, esperanças e perspectivas:

O que poderia ser melhorado seria a divulgação do processo seletivo, nos outros campus, volto a dizer, o pessoal da COPERSE e NEABIs de Porto Alegre, Restinga, por exemplo, não estão chegando nas terras indígenas. Existem três tribos indígenas em POA: duas Kaingang e uma Guarani. Inclusive os índios do Morro Do Osso de Porto Alegre solicitaram a possibilidade de um curso de filmagens com câmeras, mídia, tecnologia etc. Penso que neste caso envolveria Pronatec ou não basta fazer um projeto...

Em contrapartida, embora existam essas dificuldades, ele se mostra confiante e finaliza ressaltando como é importante o trabalho de conscientização, conhecimento respeito e valorização do indígena:

Estamos passando por um processo difícil na conjuntura atual, pois com as tentativas de retomadas de terras por parte dos indígenas da região, o processo de discriminação e preconceito aumentou, de uma forma ou de outra os servidores e alunos são atingidos por esta questão, pois possuem terras na região. Desta forma, fazer um trabalho de conscientização por parte destes, sendo que todos têm os mesmos direitos, independentemente de suas etnias.

RELATO 2

EXPERIÊNCIA DE ALUNO INDÍGENA NA PÓS-GRADUAÇÃO

O relato traça brevemente a trajetória de um indígena de 31 anos que está matriculado no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* de Teorias e Metodologias da Educação no IFRS – *campus* Sertão.

Em poucas palavras, descreve rapidamente suas origens, formação profissional e como conheceu a instituição:

Sou Kaingang, nasci e resido na terra indígena Cacique Doble/RS. Sou formado em magistério e tenho Licenciatura Plena em Pedagogia. Atualmente sou professor público do Estado do RS, atuando na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Faustino Ferreira Doble. Conheci o IFRS através dos colegas D, R e a V,¹⁰ que são servidores.

¹⁰ Os nomes foram suprimidos para garantir sigilo e privacidade.

Também os materiais impressos de divulgação do IFRS e posteriormente o site da instituição.

Com o conhecimento sobre a instituição e os cursos ofertados, foi possível escolher o que desejaria cursar, concorrer às vagas e assim ingressar no IFRS. Comenta algumas de suas expectativas, medos, o aprendizado por meio da diversidade entre as culturas e como foi recebido e acolhido no *campus*:

Em fevereiro de 2015. Fui bem recebido (excelente). Houve um momento de esclarecimento sobre o curso e a instituição, realizado pela coordenação do curso e professores. Me senti à vontade, acolhido e conseqüentemente mais feliz e seguro. Ingressei para me qualificar, melhorar profissionalmente e pessoalmente, para ajudar a comunidade, num caminho positivo e certo. Quero ajudar cada vez mais a minha escola. Eu era o único indígena da turma. Me simpatizei com a maioria dos não indígenas, percebi que eles tinham muita curiosidade em relação aos indígenas (comportamento na comunidade, ervas medicinais, valores que eles falavam que admiravam).

Em contrapartida, menciona como alguns colegas ainda possuem uma visão distorcida/equivocada em relação às políticas públicas de inclusão, por exemplo, o ingresso por ações afirmativas nas instituições de ensino e como é importante fornecer esclarecimentos a respeito do assunto:

Percebi, por parte de alguns estudantes, poucos, um distanciamento, onde interpretei que as falas dos mesmos eram contra as políticas sociais e públicas, como por exemplo: o Bolsa Família (onde a comunidade está inserida), ações afirmativas, demarcação de terras. Neste casos, eu tive que esclarecer melhor como funcionam as políticas sociais e ações afirmativas na comunidade indígena, onde nem tudo o que se fala é verdade. Esclareci sobre a maneira de organização da comunidade e valores, onde falei sobre a importância das políticas sociais, o desenvolvimento e crescimento das comunidades indígenas. O governo passado e atual reconheceu em parte as violações que sofremos como indígenas (os quilombolas também), nesse sentido algumas políticas nos ajudam, como para o acesso e a permanência na universidade/insti-

tuto, onde se fosse depender somente da gente, dificilmente a gente iria conseguir, devido às condições.

Por fim, ele termina elencando as dificuldades encontradas ao longo de sua caminhada como estudante do instituto e apresenta algumas sugestões para tentar minimizá-las:

Em primeiro lugar, a questão financeira, até porque como acadêmico da especialização sou o único que tem salário na família, comigo residem três irmãs, pai e mãe. A renda dos meus pais é do artesanato, que não traz um rendimento significativo para suprir a renda da família, mal dá para comer e viver. Com o meu salário, eu custeava a alimentação, vestuário, material escolar etc.; comigo residem três irmãs, pai e mãe. É necessário bolsa de estudo. O estudante indígena não tem uma renda significativa, mal dá pra viver, se alimentar. Outra coisa, relacionada à cultura: hoje superei, mas quando adolescente achava a comunidade não indígena outro mundo, pelos valores, o modo de pensar, o individualismo. E aí pra se adaptar é um processo lento, alguns conseguem, mas é gradual e lento. Hoje eu sei me virar, me defender. A instituição precisa nos ajudar, precisa de apoio pedagógico, é necessário, importante para a permanência. Deve haver acompanhamento pedagógico em todos os cursos, auxiliando nos trabalhos acadêmicos e informática.

RELATO 3

INCLUSÃO DE DEFICIENTE VISUAL

Este relato apresenta o processo de inclusão de um atual servidor do IFRS, que já esteve também no papel de bolsista e aluno. Tem 23 anos e apresenta deficiência visual –baixa visão – desde o nascimento. Graduado no curso de Tecnologia em Logística pelo IFRS – *campus* Bento Gonçalves, atua profissionalmente como assistente em administração e também bolsista do PAV. Em suas palavras, apresenta um pouco de sua trajetória:

Apesar de ter baixa visão, minha vida educacional foi bastante comum e tranquila. Por decisão de meus pais, estudei sempre na rede regular de ensino, o que foi muito proveitoso, não só por aspectos educacionais, mas também pelo convívio e aceitação no meio social com colegas e professores que aprenderam, junto comigo, a melhor forma de ensinar,

aprender e incluir. Minha vida no ensino básico foi marcada por testes contínuos para verificar a quais deles eu apresentaria uma melhor resposta.

Em sequência ao processo de inclusão educacional no nível básico, relata as dificuldades para a entrada no mercado de trabalho e a busca por uma vaga no ensino superior:

Após terminar o ensino médio no ano de 2009, iniciei minha busca por um espaço no mercado de trabalho, o que causou bastante dúvidas e uma certa insegurança para mim, que tinha o seguinte pensamento: se arrumar um emprego já é uma tarefa bastante difícil para pessoas não deficientes, imagina para mim que possuo algumas limitações. Embora eu conheça e sabia que possuo total capacidade para um emprego, os outros (empregadores) geralmente não sabiam, e uma entrevista nem sempre é o bastante para que se possa mostrar nossas habilidades.

A partir dessa realidade, relata como conheceu e chegou até o IFRS:

Concomitantemente à minha busca por um emprego, no mesmo ano prestei vestibular e realizei as provas do Enem, na tentativa de ingressar na vida acadêmica. Por intermédio de um amigo, fui informado da existência do Instituto Federal, dos cursos superiores oferecidos e do Projeto de Acessibilidade Virtual. Tendo essas informações, me inscrevi para concorrer às vagas do curso superior de Tecnologia em Logística do IFRS, curso esse que, em 2010, não possuía ingresso por ações afirmativas, com vagas reservadas para pessoas com deficiência. Nesse mesmo período, também realizei uma entrevista com a gerente do Projeto de Acessibilidade Virtual na tentativa de ser bolsista do projeto. Ela me informou que a participação como bolsista requeria indispensavelmente possuir um vínculo enquanto aluno com uma instituição de ensino.

A seguir, relata o processo de inclusão como aluno e bolsista:

Consegui a vaga para o Curso Superior de Logística por meio do Acesso Universal e no mês seguinte comecei as minhas atividades no Projeto de Acessibilidade Virtual. Ao ingressar como aluno do IFRS, a equipe do NAPNE (Núcleo de Atendi-

mento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) do campus Bento Gonçalves reuniu-se comigo para verificar quais minhas necessidades (adaptação de materiais em formatos digitais e impressos) e qual recurso de tecnologia assistiva (leitores ou ampliadores de tela) eu iria necessitar em sala de aula. As atividades como bolsista do projeto foram desenvolvidas tranquilamente, uma vez que toda a equipe e o trabalho realizado e os recursos de tecnologia fornecidos são específicos para atender pessoas com deficiência.

Após essas experiências como aluno e bolsista, informa como foi sua entrada como servidor e a conclusão do curso superior:

No final de 2012, prestei concurso público para tentar ingressar no IFRS como servidor público no cargo de assistente em administração, concorrendo nas vagas reservadas a pessoas com deficiência. Após consultar o resultado soube que fui o primeiro colocado entre as pessoas com deficiência e fiquei na expectativa de ser chamado. No entanto, o edital apresentava inconformidades em relação à legislação no que dispunha a reserva de vagas e foi necessária a entrada de uma denúncia junto ao Ministério Público para correção e adequação do chamamento. Em março de 2014, concluí o curso superior de Tecnologia em Logística.

Embora afirme que o processo de inclusão tenha sido bastante tranquilo, ele aponta algumas dificuldades encontradas:

Ao longo do processo, é natural encontrar pessoas que não acreditam que você seja capaz de desempenhar as tarefas. Os colegas ou professores, muitas vezes, partem do pressuposto que você não vai conseguir. É como se estivesse tendo que provar continuamente que você é capaz. Ao longo da minha trajetória como estudante e profissional no IFRS, foi possível perceber o quanto estamos à frente e como as coisas deram certo, mas isso não quer dizer que não tenhamos ainda muito a melhorar. Ainda é bastante comum encontrarmos espaços físicos e virtuais não acessíveis, ou professores e colegas de trabalho que desconhecem como trabalhar, por onde começar, quem buscar quando o assunto se refere a alunos ou servidores com deficiência.

Por fim, ele apresenta o que pensa e suas expectativas para o futuro quando o assunto diz respeito às ações afirmativas no IFRS:

Acredito que de 2010 até aqui as coisas mudaram muito e mudaram para melhor. Hoje temos nossa política de ações afirmativas, temos os núcleos de ações afirmativas, temos cotas, e um convívio e respeito muito maior pela diversidade. Se antigamente era incomum ver um preto, pardo, indígena ou pessoa com deficiência na instituição, hoje já é um direito assegurado pela legislação brasileira e pela nossa PAAf. E quando me perguntam quais são minhas perspectivas futuras, eu logo respondo, sem dúvida alguma, que, em breve, vou tentar um mestrado por meio das cotas para pós-graduação, já que, a nossa instituição é pioneira no país a aprovar a oferta de uma vaga para preto/pardo, uma vaga para indígenas e uma vaga para pessoas com deficiência em todos os cursos de especialização, mestrado e doutorado oferecidos.

RELATO 4 INCLUSÃO DE SERVIDOR CEGO

Este depoimento é de um servidor que possui deficiência visual – cegueira total – e atua como assistente em administração no IFRS – *campus* Bento Gonçalves. Em suas palavras iniciais, ele discorre brevemente sobre sua história:

Eu sou cego e hoje possuo 40 anos. Sou natural do interior da cidade de Carlos Barbosa e já na infância fui diagnosticado com uma perda visual, enxergando, na época, mais ou menos de 20 a 30%. Frequentei a escola até a 5ª série tendo baixa visão e, como após comecei perder a visão vertiginosamente, acabei suspendendo meu ciclo escolar e, com 17 anos, fiquei totalmente cego. Fui encaminhado para uma associação de cegos, a Associação dos Deficientes Visuais de Bento Gonçalves, onde então me reabilitei e segui meus estudos até a pós-graduação em Direito, que hoje possuo. Ainda durante a minha graduação, trabalhei na Associação na produção de materiais didáticos acessíveis, tendo sido também presidente desta instituição. Ainda militei no movimento das pessoas com deficiência, até que, em 2009, cheguei no IFRS como bolsista e, em seguida, fui efetivado como servidor.

Após ter ingressado como servidor, ele menciona que, embora a instituição naquela época tivesse problemas de acessibilidade, sentiu-se privilegiado em ocupar um local onde os recursos de tecnologia, o posto de trabalho e a equipe de colegas estavam preparados para recebê-lo e conviver normalmente:

Embora na época em que fui efetivado servidor do IFRS, em 1º de fevereiro de 2010, a instituição ainda teria alguns ajustes de acessibilidade a fazer, posso dizer que fui agraciado em ser lotado para trabalhar junto ao NAPNE do campus Bento e Projeto de Acessibilidade Virtual, onde encontrei um grupo de trabalho muito prestativo e solícito a envidar todos os esforços para que eu fosse recebido da melhor maneira possível, como também, propiciaram que eu tivesse um posto de trabalho muito acessível e preparado para as minhas limitações. Desta forma, construímos juntos não somente um ambiente harmônico de respeito e convivência para o desempenho de minhas atribuições, como também um coleguismo harmônico e inclusivo que me faz sentir, por vezes, de nem possuir deficiência.

Quando perguntado sobre o que destacaria como pontos positivos de nossa instituição que podem servir como exemplos para outras, ele é enfático ao responder:

Os pontos positivos que gostaria de destacar, de quando ingressei no meu posto de trabalho e que quero deixar como exemplo a serem seguidos, são as atitudes de respeito e humanidade que encontrei, colegas dispostos a me oferecer as melhores condições de trabalho, ouvindo minhas necessidades enquanto pessoa com deficiência e fazendo sempre o possível para atendê-las, como também as atitudes de tratamento igualitário perante os demais colegas.

Em suas palavras finais, menciona como a inclusão é um processo contínuo, como o IFRS transformou-se desde que ingressou e como está à frente quando a história é dar voz e vez aos seus servidores e alunos:

Há sempre em que melhorar, e quanto ao ingresso de uma pessoa com deficiência como servidora no IFRS não é diferente. Mas eu destacaria que é muito mais em continuar do que melhorar propriamente, pois se o IFRS continuar

com o mesmo tratamento e dedicação para com as pessoas com deficiência de hoje e, fundamentalmente, propiciar para que cada vez mais as pessoas com deficiência tenham voz e vez em todos os setores da instituição, naturalmente algumas barreiras que ainda restam ser derrubadas irão caindo uma a uma, como é o que tenho percebido neste período que estou como servidor na instituição e no qual faço votos que continue.

RELATO 5

DIFICULDADES DE SERVIDORA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Este depoimento reflete as perspectivas de uma servidora com deficiência física que foi acometida por lesão cerebral no nascimento. Tal lesão acarretou alguns comprometimentos de mobilidade dos membros inferiores, sendo necessário o uso de muletas canadenses para ter maior apoio e equilíbrio. Com 53 anos, é servidora do IFRS – *campus* Bento Gonçalves, desde de 2008, no cargo de assistente em administração, sendo graduada em Economia, com especialização e mestrado em Gestão Empresarial.

Com experiência de trabalho com transportes de cargas e também como professora universitária em cursos de economia e a administração, ela relata como conheceu o IFRS:

Uma década antes de prestar concurso e ser efetivada no cargo, havia tido a oportunidade de atuar como professora substituta (durante dois anos) no curso Técnico de Informática. Nesta experiência, já havia me sentido completamente integrada e ambientada na escola.

A seguir, ela apresenta sua trajetória na instituição e como o primeiro setor onde trabalhou apresentava barreiras arquitetônicas em relação à acessibilidade:

Em 2008, fui chamada e tomei posse no cargo de assistente administrativo. Por ser período de férias, os administradores da época ficaram indecisos em relação às atribuições onde melhor pudessem aproveitar o meu perfil. Em decorrência da falta de servidores que pudessem cobrir as férias da bibliotecária, fui encaminhada para atuar no setor. Lá, me deparei com atividades que assimilei com facilidade, mas também com algumas dificuldades no que se referia ao quesito acessibilidade: o acesso, na ocasião, só era feito por escadas, e o

setor se localizava no segundo piso. Mais tarde, o fluxo de trabalho na Coordenadoria de Compras e Licitações aumentou, em decorrência de novas demandas, e fui convidada a integrar a equipe por colegas que chefiavam o departamento.

Ela relata que suas limitações são de caráter meramente físico e são bastante leves, encontrando maiores barreiras por falta da acessibilidade física. Nesse contexto, descreve como foi sua entrada como servidora no instituto e como este vem-se transformando no decorrer dos anos para se tornar cada vez mais um espaço inclusivo:

A receptividade, acolhida e interação por parte dos colegas foi sempre muito boa. Se, por vezes, houve algum entrave em termos de barreiras físicas (principalmente antes da instalação de rampas e elevadores), os colegas sempre foram solícitos e prestativos, se oferecendo para prestar qualquer ajuda que fosse necessária. Algumas barreiras arquitetônicas ainda se fazem presentes nas instalações do campus (passeios, acessos a alguns pontos das construções mais antigas, sinalizações que podem ser instaladas ou melhoradas para o uso de pessoas com deficiência visual etc.), mas muitas reformas e melhorias foram implementadas ao longo destes anos, e as novas instalações que estão sendo construídas já consideram as questões de acessibilidade desde a sua concepção.

Em sua análise da instituição, ela menciona os seguintes pontos positivos encontrados em sua caminhada:

A acolhida por parte dos colegas (sem preconceitos e sempre dispostos a prestar qualquer auxílio, caso surja necessidade); chefias comprometidas em aprimorar as instalações e oferecer à comunidade interna e externa um ambiente ideal com plena acessibilidade; filosofia e núcleos de trabalho e pesquisa, permanentemente voltados à busca por aprimoramento das estruturas e questões de inclusão.

Em suas palavras finais, ela aponta que a instituição ainda precisa melhorar em alguns quesitos, porém, tem o que é mais importante: apoio e disposição necessária para buscar as melhorias:

Pelas especificidades de cada tipo de necessidade especial, nem sempre os recursos se fazem presentes ou estão instalados antes do surgimento das demandas. Assim, por vezes,

ocorre um longo intervalo de tempo entre a apresentação da necessidade demandada até que a instituição possa concretizar todos os trâmites legais para que possa atendê-las. Mas sempre percebo plena disposição para agregar as melhorias.

RELATO 6 INCLUSÃO DE ALUNO SURDO

Este relato apresenta a experiência vivenciada por um estudante surdo de 21 anos que está concluindo, em 2015, o curso superior de Tecnologia em Marketing no IFRS. O estudante conta sua história, como ingressou no IFRS e como está sendo sua permanência no curso, relatando suas percepções sobre a acessibilidade e inclusão.

Ele destaca que nasceu surdo e que a surdez foi percebida quando tinha um ano de idade. Desde que seus pais descobriram que ele não escutava, procuraram inúmeros recursos na esperança de que ele pudesse passar a ouvir e falar. Foram anos fazendo tratamento com fonoaudióloga, usando aparelho auditivo e viajando periodicamente a São Paulo para testar novas tecnologias em aparelhos. Nesse período, foi cogitada até mesmo a realização de implante coclear. Em São Paulo, no instituto de pesquisa que frequentava, não permitiam que os surdos utilizassem a Libras e os obrigavam a falar.

O estudante destaca também que tem uma irmã surda, cinco anos mais nova, que viajava junto para São Paulo, aos atendimentos com a fonoaudióloga.

Quando fala sobre o comportamento de seus pais diante da surdez, destaca que:

Meus pais começaram a perceber que não era um problema sermos surdos e que não precisávamos aprender a falar. Eles estudaram muito, conheceram outros surdos e passaram a fazer parte da comunidade surda, percebendo que o surdo tem cultura e identidade própria.

Dando sequência, o estudante descreve a importância da família em seu desenvolvimento e vida escolar:

Minha mãe aprendeu Libras e sempre nos acompanhou. Começamos ir para escola bem cedo e minha mãe ajudava muito em casa. Até a 4ª série estudei só com surdos, depois inclusão com ouvintes e tinha intérprete de Libras na aula.

Quando estudei ensino médio, no início não tinha intérprete e minha mãe ia de voluntária interpretar as aulas. Depois minha mãe começou estudar Pedagogia e conseguimos intérprete na escola.

Ao concluir o ensino médio, ele relata que fez a prova do Enem e fez o processo seletivo no IFRS. Na primeira vez que realizou a prova, tirou nota muito baixa na redação e não conseguiu ingressar no ensino superior. No ano seguinte, fez novamente o processo seletivo e, nesse ano, a redação foi corrigida por profissionais na área de Libras e a sua nota foi melhor. Assim, consequentemente, ele ingressou no IFRS, mesmo ainda não existindo cotas:

Fiquei muito feliz quando vi que aprovado na prova, para mim era muito importante fazer curso superior. Tinha trocado de emprego há pouco tempo e quando comecei estudar fui promovido. Na empresa muito apoio para mim estudar, até trocaram meu horário porque aula de manhã, daí eu trabalho de madrugada e vou direto para aula.

O estudante conta como foi o início de suas aulas e como a instituição foi percebendo suas necessidades:

No começo instituição não está preparada, mas mostrou que estava feliz porque tinha aluno surdo, porque não experiência, eles aproveitaram informação sobre surdos como intérprete, como precisa ser as aulas, importância dos slides por causa do visual, professores explicam, fazem próprio surdos pra conseguir entender nas aulas, mas as aulas são iguais do que para ouvintes.

Primeiro dia na de aula foi difícil sim, pois professores não tinham experiência com surdos, não sabem como fazer, professores tinham medo, faziam perguntas com respostas e não de assinalar, explicavam rápido, professores tinham preocupação em como ensinar os surdos, mas depois melhorou porque tinha informação sobre surdos, até alunos não tinham contato comigo nos primeiros dias porque não sabiam Libras, e tem medo conversar comigo, achavam que “surdo-mudo”, depois tiveram contato e informação com surdos, daí eles começaram contato comigo, aprenderam “surdo” e não “surdo-mudo”, aprenderam Libras, e ficaram ao lado comigo,

melhorou tudo. No primeiro grupo de trabalho que participei no curso, no começo foi difícil, mas depois melhorou, feliz que terem apoio comigo. Agora estou em outra turma, porque como trabalhar de madrugada não fiz disciplinas que aula era de tarde, daí meu grupo já formados, outro grupo no meu curso não tem contato comigo, não sabem Libras, não ficam ao meu lado porque não têm informação sobre surdos, só contato comigo sobre “formatura”, mas não fico triste, porque eu estou focado para formar neste ano.

No decorrer de sua história, o estudante relata que foi tranquila sua inclusão, principalmente depois que os professores e colegas passaram a conhecer os surdos. Destacou a preocupação por parte da instituição com a sua inclusão. Com relação ao acompanhamento das disciplinas e conteúdos diz que não tem dificuldades e que suas notas são boas, sendo que não reprovou em nenhuma disciplina. Ele conta também que quando precisa ser atendido em outros setores, como na secretaria, chama a intérprete de Libras para ir com ele ou escreve em um papel o que ele precisa.

Quando questionado quanto às dificuldades encontradas, ele responde que:

Maior dificuldade é quando não ter intérprete, não conseguir nada entender nas aulas, não conseguir entender o que professoras falam só por leitura labial, e dificuldades entender palavras difíceis, daí não vai ter aprender nada. Sem intérprete não tem como surdo estudar.

Para concluir, o estudante relata a importância de estar matriculado em um curso de nível superior e suas perspectivas:

É muito importante fazer curso superior, eu muito feliz que logo estar formado. Eu estudar e conseguir crescer no meu trabalho. Também muito importante porque provar que surdo é capaz, só comunicação em outra língua, que é Libras.

RELATO 7

INCLUSÃO DE ESTAGIÁRIO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

A seguir, temos uma breve narração sobre a trajetória de um estagiário na área de desenvolvimento de TA do PAV. Atualmente, com 32 anos, ele possui deficiência física, mais especificamente paralisia cerebral, conforme mencionado por ele na descrição que se segue:

Nasci no dia 07 12 1982, fui o primeiro a nascer dos meus irmãos trigêmeos, pois o lado esquerdo do meu cérebro não se desenvolveu corretamente. Comecei a caminhar com dois anos de idade e com três anos eu comecei a cair muito, a minha mãe ficou preocupada, me levou ao médico, o médico falou para minha mãe que eu nasci com coordenação motora reduzida, ia para o colégio normalmente. A minha professora viu que eu não tinha mentalidade que nem os outros colegas e me matriculou na APAE¹¹ e fui morar com meu vô e minha vó, o meu vô e a minha vó morava em Bento Gonçalves e a minha mãe na colônia, era tudo perto, não tinha a van para levar eu na escola, lá na APAE eu aprendi a ler e escrever, depois de algum tempo eu não queria mais ir na APAE, eu queria ir numa escola normal.

Ele continua mencionando como foi seu processo educativo e como inicialmente conheceu e ingressou como bolsista no PAV:

Então estudei na escola normal, repetindo várias vezes o mesmo ano até concluir o fundamental, em seguida frequentei a EJA. A minha mãe sempre insistia em fazer algo para mim e comentou no seu trabalho, conversando com uma pessoa amiga, falou a ele que eu gostava de lidar com fios, desmanchar e tornar a montar eletrônicos, aí ele comentou com ela que existia este projeto no qual fomos conhecer e assim foi. Tornei-me bolsista do PA, mas eu precisaria estudar mais para continuar a fazer o que faço hoje.

Em seu relato, descreve com alegria como é importante receber a própria renda, poder adquirir os itens de que necessita e ainda menciona quais são seus planos para o valor que irá receber como estagiário:

Fui contratado em março de 2015 (antes eu era bolsista), fui ate o Ciep, peguei o contrato e distribuí na escola, no Napne, e eu tive que assinar o contrato. Na balsa eu ganhava 250 reais e no estagiário eu ganho hoje uns 420 reais. Eu comprei quando eu era bolsista um notebook, um roteador e um perfume. Eu pretendo fazer um cursinho com o dinheiro que eu vou ganhar.

¹¹ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Demonstra seu entusiasmo e satisfação por ser estagiário e contribuir para a construção de produtos de tecnologia assistiva, além de mencionar suas perspectivas a partir dessa experiência:

Eu tô feliz como estagiário, não mudo muitas coisa, mas mudo a minha inteligência, eu aprendi a calcular os circuito e eu aprendi sozinho. Eu ia pra escola normal, aprendi muitas coisas na escola. Eu caía muito no colégio, isso faz parte da minha vida, eu gosto de aprender, eu amo as minhas coisas, amo minha família, amo meus amigos. Eu espero no futuro sair daqui em engenheiro em eletrônica. Eu também gostava que o meu orientador do estágio com o tempo me passava os exercícios dos amplificadores e das fontes em eletrônica.

RELATO 8 COR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Tem-se um relato de uma aluna negra de ensino médio, que começa contando sua trajetória educacional na cidade de Pelotas/RS.

Sou pelotense, e estudei a vida toda em escolas públicas, a qual eram sempre escolhidas pelos meus pais, em relação à distancia que eu precisaria para chegar até elas, e não pela qualidade. A minha primeira escola ainda em Pelotas era muito fraca, e frequentemente as aulas eram canceladas ou terminavam mais cedo do que o horário normal, que na época parecia um ótimo passatempo, mas foi com esse mesmo tempo que percebi o quanto esse ensino faria muita falta.

A aluna demonstra a mudança e as dificuldades de adaptação em outra cidade. Historicamente, a cidade de Pelotas foi colonizada por portugueses, mas teve um grande número de escravos libertos que ali fixaram residência, então, a aluna não relata em nenhum momento a questão da discriminação racial. Em Bento Gonçalves, ela começa a perceber a mudança no tratamento dado pelos próprios docentes da escola.

E com os meus nove anos, meus pais foram morar em Bento Gonçalves, a procura de empregos. E conseqüentemente, eu tive que completar a terceira série em uma escola da cidade, que havia um ótimo ensino, mas, por ter chegado na metade do ano, tive muitas dificuldade para acompanhar a turma, que em relação a minha escola anterior era muito melhor.

Porém, infelizmente, além das dificuldades escolares, enfrentei bastantes barreiras no convívio escolar (até mesmo fora dele), onde várias vezes vivenciei situações racistas e humilhantes, a qual muitas das ocasiões eram promovidas pelos docentes. Então, após algum tempo fui estudar em outra escola, que possuía um convívio agradável com muitas amizades, mas que novamente desfrutava de um ensino fraco, nessa atuei da quinta até a oitava série.

Conta, em seguida, como conheceu o IFRS e quais suas impressões a respeito da instituição. Percebe-se que a discriminação sofrida e a concepção da baixa qualidade das escolas em que havia estudado deixaram-na com um sentimento de incapacidade de ingresso:

Por meio de um amigo que trabalhava na instituição, conheci a metodologia e a excelente qualidade do IFRS campus Bento Gonçalves, entretanto, por me achar incapaz intelectualmente, baseada nos episódios racistas já vividos e julgando ser insuficiente todo o ensino aprendido no fundamental, eu não almejava realizar o processo seletivo, mas, por insistência dos meus pais, efetuei a prova e passei no processo seletivo em 2013. A princípio não acreditei que, logo eu, que havia estudado a vida inteira nas escolas públicas e guardava experiências cruéis que afirmavam que eu era inferior demais para passar em algo do gênero. Por isso, ser aprovada no IFRS foi bem mais do que simplesmente estudar em uma escola boa, mas foi uma grande conquista pessoal.

Agora, percebe-se a importância de uma instituição que busca a permanência e êxito de seus alunos, aqui relatado pelo acompanhamento extraescolar e também pela infraestrutura oferecida pelo *campus*, além da integração com os professores:

Logo quando entrei no IFRS, tive dificuldades até nivelar os conteúdos, mas pude contar com todo atendimento e reforço escolar, que me proporcionou um grande crescimento pessoal e como discente. Pois, através da estrutura da escola e o método de ensino como: laboratórios, salas confortáveis, aulas mais visuais do que orais, data-show, refeitório, laboratório de informática, biblioteca e inclusive com as histórias de superação dos professores até chegarem às suas profissões.

Tive experiências exclusivas, sendo prestigiada para abrir os horizontes, conhecendo coisas que jamais seriam do meu convívio antes. Após o Instituto Federal, posso dizer que comecei a ter outra visão do mundo profissional e pessoal, podendo me sentir capacitada para escolher qualquer carreira profissional, dispondo de muitas possibilidades antes mesmo do término do ensino médio.

A aluna conclui seu relato falando sobre as ações afirmativas e sobre a importância do debate acerca da equidade social.

Acho que o cenário das ações afirmativas do IFRS está realizando um excelente trabalho de inclusão. Porém, presumo que seja necessário realizar um esclarecimento sobre a função, a importância e seu objetivo. Para que principalmente a comunidade interna do IFRS (em foco maior os alunos), possa compreender que essas ações afirmativas não são para privilegiar alguns e “injustiçar” outros como muitos pensam, mas para gerar uma diversidade, criando possibilidades, através da inclusão social.

RELATO 9 RESPEITO E INCLUSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Este relato é de um aluno do IFRS – *campus* Caxias do Sul que é homossexual, tem 18 anos, cursa o Técnico Integrado em Química e participa das atividades desenvolvidas pelo NEPGS do *campus*. Ele fala um pouco de sua história, como foi sua infância, sua trajetória no ensino fundamental e também sobre o tratamento que recebeu dos colegas e da família em relação a sua orientação sexual:

Desde criança eu e minha família sabia que eu era diferente. Sou um menino que nunca gostei de carrinho, futebol e sempre tive mais amizade com as meninas. Minha família é muito boa. Me dão apoio em todas as minhas escolhas e me incentivaram muito a entrar no IF. Quando entrei aqui estava com muito medo porque minha experiência no fundamental, eu era muito isolado, e eu estudava muito, para que me chamassem de nerd e não de bicha, foi uma forma que eu encontrei para não sofrer bullying. Eu era muito isolado e só andava com as meninas.

Relata como foi a entrada na instituição e porque a escolheu para cursar seu ensino médio técnico:

Foi normal. Fiz a prova, passei, e tava curioso para saber como era e como ia ser com os colegas. Queria que fosse bom e foi. Ter um bom futuro e emprego. Continuar estudando e entrar em uma federal. Estudar no IF abre as portas, e do que eu vejo, todo mundo é aceito, sempre tem briguinhas e tretas, mas ninguém se bate. É muito bom pra quem aproveita a oportunidade.

A partir desse ponto de vista, ele esclarece como é bom estudar no IFRS, como se sente parte da instituição e como não há grandes problemas de homofobia. Ele coloca que esse processo de aceitação do todo se dá em decorrência das ações voltadas para a diversidade, ações de conscientização, de respeito, sejam negros, indígenas, pessoas com deficiência sejam pessoas com diferentes orientações sexuais:

Mas aqui foi diferente, gosto muito do IF. Tenho colegas legais e os que não são tão legais não nos damos e tal e não porque eu seja gay. Aqui tive que estudar muito de verdade porque é bem puxado e não só para me esconder (risos) e sou bem aceito e nunca tive problema. É muito bom estudar aqui. Os professores são legais e a M.¹² também. Temos muita coisa legal, atividades que falam contra homofobia e o respeito às pessoas, desde gay, deficientes, negros e índios. Bom, né? Sou assumido e não tenho mais vergonha disso.

Em suas considerações, aponta o que espera para o futuro, como percebe as ações voltadas às questões de corpo, gênero e sexualidade na instituição e também aproveita para deixar algumas sugestões:

Passar no Enem, entrar numa federal e continuar estudando para ter futuro. É importante estudar. Entrei um menino e tô saindo um homem. Agora, é descobrir o mundo [risos]. Bem legal! Podia ter mais atividades. Os professores são de boa, falam das coisas de boa também e deixam a gente à vontade. Podia ter atividades de teatro e dança para falar disso. Os alunos querem essas coisas. Aprendi que não pode ter preconceito e respeitar os outros. E que sexualidade é normal. Você

¹² Refere-se a uma servidora do *campus*.

professor A. é muito legal e nos ajuda muito nos ouvindo e fazendo as coisas legais aqui na escola. Gênero tem que se discutir na escola assim.

RELATO 10 PRIMEIRA BOLSA PIBIC-AF

Como relato final, apresenta-se a trajetória de uma aluna de 21 anos que cursa Tecnologia em Marketing no IFRS/campus Erechim e atua como bolsista de projeto de pesquisa concedida pelo PIBIC-Af.

Ela inicia seu relato trazendo um pouco de sua história:

Meu nome é A.C., nasci no dia 19/09/1994, resido em Erechim. Estudei sempre em escolas públicas, moro com minha mãe e irmão, sou graduanda do último semestre de Tecnologia em Marketing e bolsista do projeto de pesquisa Consumo Sustentável: Análise do Comportamento do Consumir Sustentável.

A.C. analisa como foi seu ingresso, como estava receosa em seguir por um caminho que nem mesmo havia planejado. Sem saber o que o Instituto Federal poderia oferecer, ela resolveu tentar e ingressou na instituição:

Parei de trabalhar para estudar e não me arrependo disto. Não gostava muito de estudar e não sabia o que fazer, até que fiz a prova do Enem e resolvi que era hora de estudar. Como não sabia o que fazer, escolhi tentar uma instituição federal, pelo fato da gratuidade. Encontrei o curso de Marketing na hora da inscrição do Sisu,¹³ me inscrevi e depois fui pesquisar mais sobre o curso. (...) Entrei no Instituto Federal sem conhecer ninguém que estudasse aqui, sem expectativas sobre o campus e o ensino, e muito menos sobre meu sucesso (ou insucesso) acadêmico. Entrei de cabeça em um curso não planejado, mas me adaptei e acabei pegando gosto pelo curso.

Nas palavras da bolsista, o medo inicial, gradativamente, diminuiu e foi preenchido por um sentimento de pertencimento e de expectativas na busca por conhecimento. Relata, ainda, sua inserção

¹³ Sistema de Seleção Unificada.

em projetos de pesquisa ao ser contemplada com uma bolsa por ser egressa de escola pública:

Entrei sem expectativas e agora quero ganhar e mudar o mundo. Apreendi muito e agradeço a oportunidade de poder participar como bolsista do projeto de pesquisa, que não sabia direito como funcionava, o que era, e não imaginava ser tão interessante. Consegui participar do projeto por estudar a vida toda em escola pública, algo que não imaginava que aconteceria. Estou aprendendo muito e sei que esta experiência me ajudará posteriormente no ambiente profissional. Com toda certeza, se não fosse o comprometimento como bolsista e o interesse pelo assunto do projeto, já haveria desistido do curso, como quase aconteceu. Conseguir a bolsa foi algo que me deixou muito feliz. Participar do projeto, me comprometer, aprender e adquirir conhecimento são gratificantes.

Como concluinte do curso, ela menciona como ficou encantada com o *campus* e se sente dividida entre a felicidade de poder iniciar uma nova etapa de sua vida acadêmica em outra instituição de ensino com toda a bagagem obtida no IFRS e a tristeza por não poder continuar no Instituto Federal, já que ainda não há pós-graduação na área de *marketing*:

Me encantei com a estrutura do campus e construí boas amizades. Hoje, pretendo fazer uma pós-graduação, de preferência em outra instituição federal, pois sei que o ensino além de gratuito é de qualidade. Pensar em sair daqui não me deixa feliz, mas a conclusão do curso significa concluir uma etapa e iniciar outra. Sair do Instituto Federal será triste, mas por não haver nenhuma pós-graduação ou especialização na área de marketing no campus, serei obrigada a deixar o lugar que está ajudando a me moldar como pessoa e futura profissional de marketing.

No término de seu relato, A.C. define sua trajetória no IFRS em uma única palavra: *gratidão*; apontando como a instituição apresenta um potencial transformador em sua região e no Brasil:

Uma palavra que define muito bem o que estou sentindo no momento é gratidão. Ensino gratuito e de qualidade em uma instituição nova que tem muito a crescer e acrescentar à

população não só de Erechim e região, mas também de todo Brasil, que abre oportunidades e gera, para mim, como para muitos, muitas felicidades e experiências.

O QUE AS VOZES NOS DIZEM?

A partir desses dez relatos, constata-se que a diversidade e a inclusão já fazem parte da “vida”, da “identidade” e da “personalidade” do IFRS. E isso é reflexo do trabalho colaborativo dos diversos setores e *campi*, juntamente com a Assessoria de Ações Inclusivas (PROEX) e os núcleos de ações afirmativas.

Para alcançar esse patamar, o processo demandou tempo, trabalho, debates, encontros, reuniões, que culminaram em diversas resoluções e na tão sonhada “política de ações afirmativas” que hoje estabelece o respeito à diversidade e à inclusão, aos processos de ingresso, permanência e êxito, em todos os níveis de ensino, e para todos os públicos – sejam eles discentes, docentes, técnico-administrativos, bolsistas, estagiários e comunidade externa.

Pelos depoimentos, percebe-se claramente que muito já se avançou no que se refere às temáticas inclusivas, mas também é necessário avançar ainda mais e lutar para manter as conquistas já alcançadas, pois inclusão é um processo contínuo em uma instituição desbravadora e visionária como o IFRS.

7. PERSPECTIVAS

Anderson Dall Agnol¹

Andréa Poletto Souza²

Clarice Monteiro Escott³

Jair Adriano Strapazzon⁴

7.1. POSSIBILIDADE DE UNIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS

A partir da análise das ações realizadas e dos relatos trazidos pelos coordenadores e membros dos núcleos de ações afirmativas do IFRS, a equipe da Assessoria de Ações Inclusivas, juntamente com a Pró-reitoria de Extensão, identificou que, de um modo geral, poucas são as ações específicas realizadas por um único núcleo, e que as ações afirmativas muitas vezes se entrelaçam, não podendo assim haver a segmentação das mesmas. A partir disso, começou-se a pensar na possibilidade de unificação dos núcleos em um único, para cada unidade do IFRS. Entre os motivos da unificação, destacam-se a falta de infraestrutura (espaços destinados a cada núcleo) nos *campi*, bem como maior facilidade para a obtenção de materiais e destinação de um número maior de sujeitos para pensar, organizar e executar as atividades planejadas pela PAAf.

¹ Assistente em Administração do PROEX/IFRS. Pós-graduando em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Faculdade Estácio de Sá/*Campus* FARGS.

² Professora e Assessora de Ações Inclusivas do PROEX/IFRS. Doutora em Informática na Educação pela UFRGS.

³ Professora e Pró-reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFRS. Doutora em Educação pela UFRGS.

⁴ Técnico em Assuntos Educacionais do PROEN/IFC. Licenciado em Química e Especialista em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade pela FURG.

Além disso, a PAAf é bastante democrática no que tange ao público a ser atendido. Em determinadas regiões onde se encontram alguns dos *campi* do IFRS, pode surgir uma demanda específica que não se sustenta em nenhum dos três núcleos já existentes e, então, seria necessária a organização de um novo espaço. Sendo unificado, e balizado pela PAAf, o Núcleo de Ações Afirmativas (nome até o momento provisório, pois é necessário discutir com os demais membros atuantes) abrangeria um número maior de sujeitos atendidos, ampliando suas ações e aumentando a democratização do ingresso, permanência e êxito dos discentes, servidores e comunidade, no que tange à aplicabilidade da PAAf. De modo a exemplificar tal necessidade, pode-se mencionar a fala da Pró-reitora de Extensão, Professora Viviane Silva Ramos, no I Workshop Diversidade e Inclusão do IFRS, quando instiga o seguinte questionamento: “Qual núcleo é responsável por uma aluna mulher, negra e com deficiência?”.

Por fim, é importante salientar que os *campi* em implantação e os que estão iniciando suas atividades neste ano já estão se mobilizando para a criação do Núcleo de Ações Afirmativas, como é o caso do *campus* Viamão, que acaba de criar o seu núcleo unificado. Também já está em pauta a discussão para em um concurso objetivando escolher de um logotipo para identificação dos núcleos.

7.2. AÇÕES DE EXTENSÃO DIRECIONADAS PARA OS DEMAIS PÚBLICOS MENCIONADOS NA PAAF

A PAAF do IFRS está orientada para ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero, de necessidades específicas e para defesa dos direitos humanos. O documento propõe medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo instituto, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas.

Percebe-se que a referida política não se limita a atender grupos específicos de sujeitos, mas todos os grupos historicamente excluídos, aumentando as condições de igualdade perante o restante da sociedade, no que se refere a educação, cultura, lazer e mercado de trabalho – situações essas que não se excluem mutuamente, ao contrário, agregam-se e tendem a incluir um número maior de brasileiros e brasileiras.

Pensando em abranger um número cada vez maior desse público, dando-lhes oportunidades de ingressar em uma instituição que luta pela defesa de uma educação em que o aprendizado possa contribuir com as dimensões relacionadas às habilidades técnicas e competências sociais em suas perspectivas cognitivas, afetivas e morais, que a PAAf foi proposta. A mesma visa conquistar seu objetivo maior: promover valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade.

Dos grupos que podem/devem ser contemplados pela PAAf, podem-se citar: comunidades tradicionais, adolescentes sob medidas socioeducativas, homens e mulheres apenados, homens e mulheres do campo, homens e mulheres da terceira (melhor) idade, adictos, sujeitos em situação de rua, novos imigrantes, entre tantos outros fatos e situações que poderão surgir conforme a região de implantação dos *campi*, da necessidade da comunidade onde estão inseridos e da demanda apresentada pela conjuntura social, econômica e política que se fizer presente.

Acreditando na educação como forma de transformação da desigualdade social, o IFRS encontra-se disposto a lutar para fazer a diferença na conquista de um mundo melhor.

7.3. PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO NO IFRS

Os aspectos relatados neste livro representam o resultado do esforço do IFRS, ao longo de sua breve história, para se constituir como uma instituição de ensino técnico e tecnológico inclusiva. Historicamente, as enormes desigualdades sociais, econômicas e culturais vêm desenhando uma realidade de exclusão no país. Com o estabelecimento do marco regulatório nacional para a inclusão escolar e social, alinhado aos movimentos e documentos internacionais aqui analisados, percebe-se o desenvolvimento da consciência do Estado e, conseqüentemente, da sociedade, no que se refere à realidade de exclusão social. Entre os mecanismos instituídos legalmente, destacam-se a participação e controle social, presentes nos programas, projetos e ações propostos em nível governamental para a superação do cenário de exclusão em direção às propostas concretas de inclusão social.

Especialmente nas instituições de ensino, o marco regulatório vem provocando uma intensa mobilização e interferência em direção aos processos de acesso e permanência dessa população historicamente excluída. Inevitavelmente, este novo contexto enca-

minhou para a inserção de processos que vêm contribuindo para a reflexão e construção de novos caminhos institucionais que promovam efetivamente a inclusão social no contexto educacional em todos os níveis e etapas da educação brasileira.

A construção e a implementação da política de ações afirmativas do IFRS relatada neste volume engendram-se neste cenário histórico, que visa à superação da exclusão social. No entanto, é preciso que se destaque que, institucionalmente, para além da regulação, a inclusão no IFRS é fruto de vontade política da gestão e de todo o coletivo de servidores desta instituição.

A efetivação de uma instituição de educação inclusiva não é tarefa fácil. Assumir este desafio implica enfrentar muitas dificuldades e encarar o protagonismo de materializar em ações aquilo que o Estado propõe como política pública. Há de se ter uma postura crítica e vigilante, tanto em termos de avaliação e luta pela melhoria dessas políticas, quanto em relação ao próprio processo institucional que se implementa, orientado pelo princípio da universalidade sem deixar de garantir a singularidade.

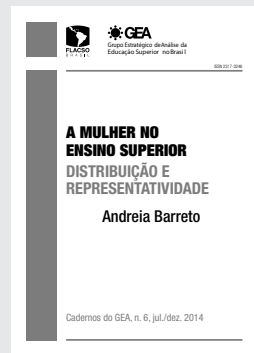
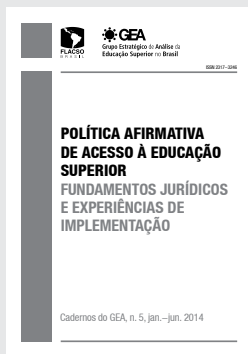
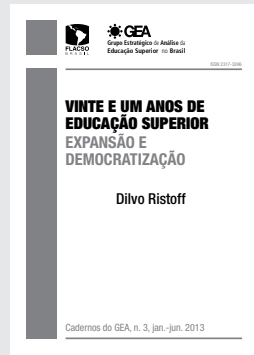
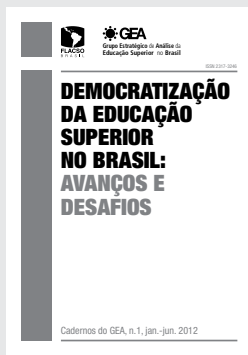
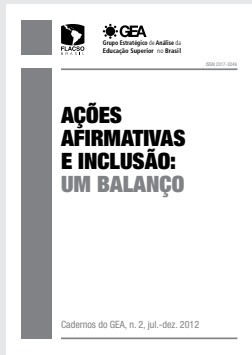
Não resta dúvida de que a Política de Ações Afirmativa do IFRS e todos os processos e ações dela advindos representam importantes avanços produzidos coletivamente com vistas à contribuição da instituição para a democratização da sociedade e para a construção de uma educação de qualidade, menos excludente, que promova alternativas para o convívio na diversidade no contexto da sociedade brasileira.

O caminho para a construção de uma instituição inclusiva está dado. No entanto, há que se perseverar. Consolidar-se como uma instituição que inclui implica na continuação do IFRS na luta pela construção de novas e inovadoras soluções de sustentação e viabilidade de inclusão da diversidade do público a quem deve oferecer o acesso e a permanência. O que pode sedimentar a inclusão no IFRS num futuro próximo é a perseverança na construção desse processo orientado por princípios tais como respeito às diferenças, acolhida, cidadania e esperança em uma educação inclusiva transformadora.

As ações que promovem a inclusão social no IFRS precisam ser efetivas e duradouras, fruto da autoria dos atores institucionais que lutam pela superação das práticas discriminatórias evidenciadas ao longo da história da educação brasileira.

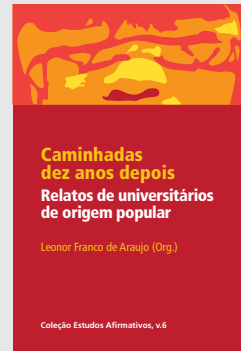
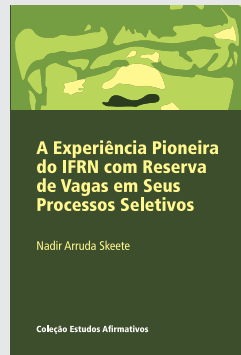
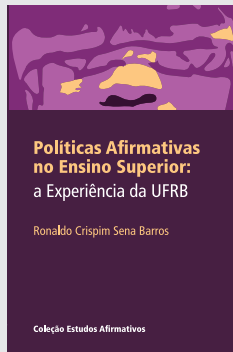
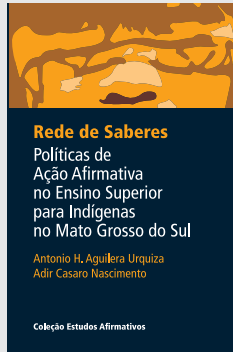
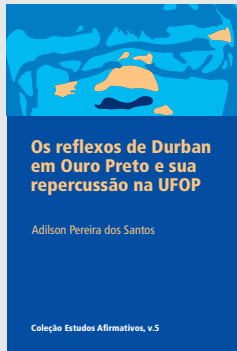
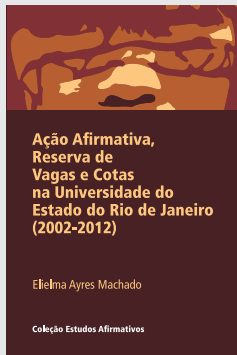
GRUPO ESTRATÉGICO DE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (FLACSO/BRASIL E LPP/UERJ)

Cadernos do GEA



GRUPO ESTRATÉGICO DE ANÁLISE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (FLACSO/BRASIL E LPP/UERJ)

Coleção Estudos Afirmativos



Andréa Poletto Souza

Graduada em Ciência da Computação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), com Especialização em Psicopedagogia Institucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Mestrado em Educação e Doutorado em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como Assessora de Ações Inclusivas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), tratando de temas relacionados às ações afirmativas, inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, valorização étnico-racial, questões de gênero e sexualidade. Tem experiência em EAD e na área de informática na educação inclusiva, atuando principalmente nos seguintes temas: pessoas com necessidades educacionais específicas, desenho universal, tecnologia assistiva, acessibilidade à *web* e inclusão sociodigital.

Bruna Poletto Salton

Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), com Especialização em Informática na Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). É Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), atuando como pesquisadora do Projeto de Acessibilidade Virtual (PAV) nas áreas de acessibilidade digital, tecnologia assistiva e educação inclusiva. Participou de ações junto ao Departamento de Governo Eletrônico Brasileiro, como o desenvolvimento do eMAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), e atua em cursos e oficinas nas áreas de acessibilidade digital e tecnologia assistiva.

Jair Adriano Strapazon

Graduado em Ciências (Química) pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com Especialização em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade pela FURG. Atua como Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC), lotado na Pró-reitoria de Ensino, na função de Pesquisador Institucional. Atuou na Assessoria de Ações Inclusivas do IFRS até 2015. Vem realizando trabalho como tutor e Professor EAD no curso "O Uso Pedagógico dos Recursos de Tecnologia Assistiva" do IFRS, subsidiado pela SECADI/MEC. Tem experiência na área de educação (nas disciplinas de Ciências do Ensino Fundamental, Química do Ensino Médio e Seminário Integrado no Ensino Médio) e também na parte administrativa de escolas públicas.



Grupo Estratégico de Análise da
Educação Superior no Brasil



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

